



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LARA GABRIELLE MORAIS PORDEUS

**AS RELAÇÕES BRASIL-ITÁLIA E A POLÍTICA EXTERNA
DESENVOLVIMENTISTA NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1960)**

JOÃO PESSOA

2023

LARA GABRIELLE MORAIS PORDEUS

**AS RELAÇÕES BRASIL-ITÁLIA E A POLÍTICA EXTERNA
DESENVOLVIMENTISTA NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1960)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques
Ferreira.

JOÃO PESSOA

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P835r Pordeus, Lara Gabrielle Moraes.

As Relações Brasil-Itália e a política externa desenvolvimentista no governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) / Lara Gabrielle Moraes Pordeus. - João Pessoa, 2023.

64 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Relações Brasil-Itália. 2. Política externa brasileira. 3. Governo Juscelino Kubitschek. 4. Desenvolvimento brasileiro. I. Ferreira, Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

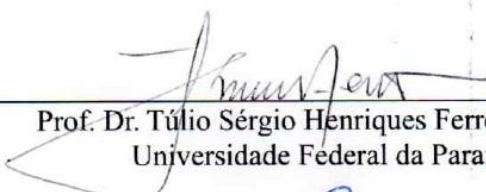
LARA GABRIELLE MORAIS PORDEUS

**AS RELAÇÕES BRASIL-ITÁLIA E A POLÍTICA EXTERNA
DESENVOLVIMENTISTA NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKE (1956-1960)**

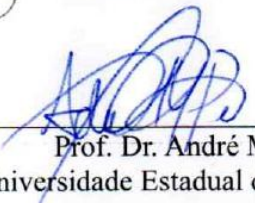
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 31 de Outubro de 2023

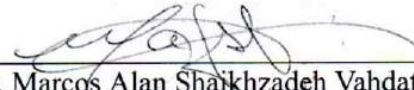
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. André Mendes Pini
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais Liana e Harrison e ao meu irmão Heitor, por terem me proporcionado, desde os meus primeiros dias de vida, um ambiente saudável e repleto de afeto. O amor familiar foi, com certeza, fundamental para essa minha trajetória acadêmica.

À minha professora de italiano, Luciana. Obrigada por ter me mostrado a graça desse idioma e potencializado meu interesse em questões que envolvem a Itália. Esse trabalho não teria sido possível sem você.

Em especial, agradeço aos meus colegas da turma 2019.1 que ao longo da graduação se tornaram meus melhores amigos. Cecília, Romberg, Ulisses, Raphael, Vitória e Catharina, obrigada por partilharem momentos de felicidade e de angústia. A companhia de vocês deixou o caminho até aqui muito mais leve. Aproveito para deixar meus agradecimentos aos outros amigos que fiz durante os quatro anos de curso. Aos que partilharam comigo o fascínio pelo estudo da Política Externa Brasileira, Roberto, Lucas, Sarah, Jonathan, Samuel, Jordana e Lúcio. À Marcelly, Deusdédite, Mariana, Clara, Ana Flávia, Caio, João, Vitor e Iury, obrigada por todos os conselhos.

Minha gratidão também ao corpo docente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, por todos os ensinamentos que levarei comigo na minha vida de internacionalista. Enfrentamos uma pandemia juntos e foi inspirador testemunhar o comprometimento de vocês em dar continuidade à transmissão de conhecimento, mesmo diante de todas as dificuldades.

Aos professores Marcos Alan e André Pini, membros da banca examinadora, pelo interesse e por aceitarem prontamente o convite.

Por fim, expresso minha imensa gratidão ao professor Túlio Ferreira, que com muita atenção e competência me orientou em diversos momentos da graduação e também na condução deste trabalho. Sua paixão pela sala de aula e o entusiasmo ao falar de temas de política externa são motivadores.

RESUMO

A questão do desenvolvimento nos esforços da política externa brasileira teve em Juscelino Kubitschek (JK) um dos seus principais expoentes. Os estudos concernentes a essa temática concentraram-se nas relações com os Estados Unidos. Por outro lado, tem-se a tradição de relacionamento do Brasil com outro país: a Itália. Tal relacionamento foi arquitetado desde a formação do Reino italiano em 1861. Ainda, laços foram estabelecidos devido à proximidade cultural entre as duas nações e a criação de elementos que reforçaram a italianidade brasileira. Assim, diante do caráter histórico e da importância das relações ítalo-brasileiras e da carência de discussões acerca desse tema na política externa desenvolvimentista de Kubitschek, o presente trabalho objetiva compreender a contribuição italiana para o atendimento dos desígnios dessa política, entre os anos 1956 e 1960. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório. A metodologia envolveu principalmente a análise de fontes primárias, reforçada por uma revisão bibliográfica, de artigos científicos, livros e teses. Por meio disso, após a análise de toda essa documentação, revelou-se o perfil das relações entre Brasil e Itália no governo JK e a considerável participação italiana, ainda que tímida, no projeto desenvolvimentista brasileiro.

Palavras-chave: Relações Brasil-Itália; Política Externa Brasileira; Juscelino Kubitschek; Desenvolvimento

ABSTRACT

The issue of development in Brazilian foreign policy efforts had Juscelino Kubitschek (JK) as one of its main exponents. Studies on this subject have focused on relations with the United States. On the other hand, Brazil has a tradition of relations with another country: Italy. This relationship has been in place since the formation of the Italian Kingdom in 1861. Furthermore, ties were established due to the cultural proximity between the two nations and the creation of elements that reinforced Brazilian Italianness. Thus, given the historical nature and importance of Italian-Brazilian relations and the lack of discussion on this subject in Kubitschek's developmentalist foreign policy, this paper aims to understand the Italian contribution to fulfilling the policy's objectives between 1956 and 1960. The research adopted a qualitative and exploratory approach. The methodology mainly involved the analysis of primary sources, reinforced by a bibliographical review of scientific articles, books and theses. After analyzing all this documentation, the profile of relations between Brazil and Italy during the JK government was revealed, as well as the considerable Italian participation, though timid, in the Brazilian development project.

Keywords: Brazil-Italy Relations; Brazilian Foreign Policy; Juscelino Kubitschek; Development

RIASSUNTO

La questione dello sviluppo negli sforzi della politica estera brasiliana ebbe in Juscelino Kubitschek (JK) uno dei suoi principali esponenti. Gli studi riguardanti questa tematica si sono concentrati nei rapporti con gli Stati Uniti. D'altra parte c'è la relazione tradizionale del Brasile con un altro Paese: l'Italia. Questo rapporto fu concepito fin dalla formazione del Regno d'Italia nel 1861. Inoltre, i legami furono stabiliti a causa della prossimità delle culture e la creazione di elementi i quali rafforzarono l'italianità brasiliana. Quindi, tenendo in conto il carattere storico e l'importanza dei rapporti italo-brasiliani e la scarsità di discussioni su questo tema nella politica estera di sviluppo di Kubitschek, il presente lavoro ha l'obiettivo di comprendere il contributo italiano per lo svolgimento delle intenzioni di questa politica, tra gli anni 1956 e 1960. La ricerca adottò un approccio qualitativo ed esploratorio. La metodologia ha coinvolto l'analisi di fonti primarie, rafforzata da una revisione bibliografica di articoli scientifici, libri e tesi. Dall'analisi di tutta questa documentazione si è rivelato il profilo dei rapporti tra Brasile e Italia nel governo JK e la considerevole partecipazione italiana, anche se timida, al progetto di sviluppo brasiliano.

Parole chiave: Rapporti Brasile-Italia; Politica Estera Brasiliana; Juscelino Kubitschek; Sviluppo

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CEE - Comunidade Econômica Europeia

CEEA ou Euratom - Comunidade Europeia da Energia Atômica

EUA - Estados Unidos da América

FEB - Força Expedicionária Brasileira

FIAT - Fabbrica Italiana Automobili Torino

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNM - Fábrica Nacional de Automóveis

GEIA - Grupo Executivo da Indústria Automobilística

IED - Investimento Estrangeiro Direto

IMI - Istituto Mobiliare Italiano

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JK - Juscelino Kubitschek

MRE - Ministério das Relações Exteriores

OPA - Operação Pan-Americana

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PEB - Política Externa Brasileira

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SIMCA - Société Industrielle de Mécanique et Carrosserie Automobile

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

UDN - União Democrática Nacional

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL-ITÁLIA: DO RECONHECIMENTO AO ROMPIMENTO	12
2. DO INTERNO AO EXTERNO: O DESENVOLVIMENTISMO NAS POLÍTICAS DE JUSCELINO KUBITSCHEK	20
2.1 O CONTEXTO INTERNACIONAL	20
2.2 O CENÁRIO INTERNO	21
2.3 O ‘PLANO DE METAS’	24
2.4 A OPERAÇÃO PAN-AMERICANA E A ‘DIPLOMACIA DO DESENVOLVIMENTO’	29
3. ‘IL BRASILE GUARDA ALL’EUROPA’: A ITÁLIA NO PROJETO DA POLÍTICA EXTERNA DESENVOLVIMENTISTA DE KUBITSCHEK	32
3.1 OS CONTATOS INICIAIS	32
3.2 A COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA E O DESCONFORTO BRASILEIRO	35
3.3 A VIAGEM DE GRONCHI AO BRASIL E A ‘CAUSA OCIDENTAL’	37
3.4 O CASO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA	45
3.5 OUTROS RESULTADOS DA POLÍTICA EXTERNA DESENVOLVIMENTISTA	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

A busca pelo desenvolvimento econômico pelo Estado brasileiro foi dominante entre os anos 1930 e 1989, mesclando-se, até mesmo, com a identidade internacional do país. Para tal objetivo, fez-se recurso à política externa, formulada a partir da identificação dos interesses nacionais e a defesa desses nas relações internacionais. Nesse período, a Política Externa Brasileira (PEB) passou a ser orientada por duas principais linhas: a manutenção de um espaço de autonomia e o reconhecimento dos recursos externos necessários para o atendimento das necessidades de desenvolvimento brasileiro (Lafer, 2014).

Além disso, Amado Cervo (2003) descreveu esse momento da política externa como guiado pelo “paradigma do Estado desenvolvimentista”. Esse surge após a crise econômica de 1929 e as transformações no sistema internacional capitalista. Em resposta, os Estados passaram a adotar políticas protecionistas e se engajaram na busca de novos mercados. No cenário interno brasileiro, novos grupos sociais surgem, sobretudo os favoráveis à industrialização que demandavam a modernização para a superação do subdesenvolvimento. Isso posto, a PEB voltada para o desenvolvimento tem como características a busca por eficiência e autonomia decisória nas relações exteriores, para a obtenção de ganhos mútuos. Além do uso de negociação com outros países e o desenvolvimento entendido como a expansão da indústria. Nessa conjuntura, a política exterior dirige-se para a captação de capital estrangeiro como forma de complemento à poupança interna (Cervo, 2003).

É nesse contexto que se insere a política externa arquitetada durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK), que se estendeu de 1956 a 1960. As políticas de JK foram agrupadas em torno do Plano de Metas: 50 anos em 5, notório para a história do planejamento governamental brasileiro (Lafer, 1975). Ademais, o estudo dos reflexos dos ideais desenvolvimentistas de Kubitschek concentra-se, majoritariamente, no viés americanista da política externa, com a realização da Operação Pan-Americana (OPA), em 1958.

Esse foco das produções científicas despertou o interesse em identificar na política externa desenvolvimentista de JK esforços aplicados com outros países, com os quais o Brasil mantinha relações, como é o caso da Itália, objeto de análise deste trabalho. As relações entre Brasil e Itália são históricas. Os dois países, apesar da distância pelas suas posições geográficas, possuem vínculos estabelecidos desde a formação do Reino da Itália em 1861, facilitados pela proximidade de suas línguas maternas. Contudo, o laço ítalo-brasileiro

tornou-se mais sólido quando da chegada de imigrantes italianos no Brasil na década de 1870 (Skidmore, 1976; Cervo, 1992; Bertonha, 2012). A presença de elementos de italianidade no Brasil contribuem para a aproximação diplomática entre os dois países, que ainda mantém os laços tradicionais por meio de diálogo comercial e político, principalmente para discussão de questões internacionais (Brasil, 2023).

Diante disso, a motivação para a realização desse trabalho decorre da carência de estudos concernentes à relação bilateral Brasil-Itália. Nesse sentido, o trabalho tem como principal objetivo compreender a contribuição italiana para o atendimento dos desígnios da política externa desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, entre os anos 1956 e 1960. Para esse fim, tem como objetivos específicos analisar a construção histórica das relações entre Brasil e Itália; descrever o fator desenvolvimentista nas políticas interna e externa de JK e traçar um perfil das relações ítalo-brasileiras durante o período a partir de fontes primárias.

No que tange à metodologia, a pesquisa compreende um estudo qualitativo e de caráter exploratório. Assim, partiu-se de diferentes abordagens de modo a contemplar as relações entre Brasil e Itália e a política externa brasileira desenvolvimentista dentro do recorte temporal 1956-1960. Isso posto, o estudo teve como base a pesquisa bibliográfica e a revisão de textos, escritos em língua portuguesa ou italiana, que versam sobre as relações bilaterais entre os dois países, em especial as de caráter político, econômico e comercial. Entre esses, destaca-se o livro “As Relações Entre o Brasil e a Itália: Formação da Italianidade Brasileira” do professor Amado Cervo (2011). Ademais, outro levantamento foi realizado para a coleta de textos, sendo eles artigos científicos, teses, livros entre outros, que trazem à tona discussões acerca da política interna e externa no período objeto de análise do presente trabalho.

O trabalho também foi desenvolvido a partir de pesquisa documental e da análise de fontes primárias relacionadas à políticas externas brasileira e italiana, bem como aos laços estabelecidos entre as duas nações. As fontes incluem relatórios diplomáticos, discursos presidenciais, atos internacionais, recursos audiovisuais, e estatísticas de fluxo comercial. Os documentos foram coletados em bases como a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), *Archivio Quirinale*, *Série I Documenti Diplomatici Italiani* do Ministério das Relações Exteriores da Itália, Concórdia - Acervo de atos internacionais do Brasil, *Archivio Storico Istituto Luce*, o portal *Archivio dei Trattati Internazionali Online* (ATRIO) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A fim de responder aos objetivos elencados, para além da introdução e das considerações finais, esse trabalho foi estruturado da seguinte forma: um primeiro capítulo, voltado à apresentação do histórico das relações bilaterais entre Brasil e Itália passando pelo reconhecimento brasileiro do Estado italiano ao rompimento das relações durante a Segunda Guerra Mundial; o segundo, voltado para as políticas interna e externa do governo Juscelino Kubistchek e os contextos nos quais se inserem, apontando para os aspectos do desenvolvimentismo incorporado pelo presidente; o terceiro, baseado essencialmente em documentação primária, para a análise da participação da Itália de Giovanni Gronchi nesse projeto de desenvolvimento do Brasil, bem como das investidas políticas de Kubitschek.

1. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL-ITÁLIA: DO RECONHECIMENTO AO ROMPIMENTO

O histórico das relações entre Brasil e Itália antecede até mesmo a constituição geográfica e política que hoje os dois Estados assumem. Durante o governo imperial brasileiro, vínculos ligando os dois lados do Atlântico já eram estabelecidos. Dado a participação de genoveses e venezianos na exportação de café para o Brasil ou os fluxos migratórios de geógrafos, engenheiros, cartógrafos, médicos, sapateiros e outros profissionais de trabalho urbano. Além disso, relacionamentos eram firmados por meio de laços matrimoniais, a exemplo do casamento do imperador Dom Pedro II com Teresa Cristina de Bourbon, irmã do rei das Duas Sicílias, oficializado em 1843 (Trento, 2022).

O fluxo de italianos decorria também de militantes que tentaram promover revoluções contra forças monárquicas e conservadoras. Com as tentativas frustradas, buscaram refúgio na região da Bacia do Prata. Nas primeiras décadas do século XIX, o espírito republicano conquistou parte dos jovens da Península Itálica e foi na América do Sul que encontraram espaço para ensaiar seus ideais. Diante disso, a Revolução Farroupilha (1835-1845), no Sul do país, serviu de grande oportunidade (Piassini, 2014).

A Revolução Farroupilha, ou Guerra dos Farrapos, junto de outras revoltas, marcou a instabilidade característica do Período Regencial (1830-1840), quando o Brasil foi governado por regentes após a abdicação de D. Pedro I e enquanto seu filho, Pedro II não atingia a maioridade. A Farroupilha teve caráter republicano separatista, e culminou com a proclamação da República Rio-Grandense em setembro de 1836 (Schwarcz, 2015).

Junto aos farrapos, a participação de italianos como Luigi Rossetti, Giovanni Battista e Giuseppe Garibaldi. Entre eles, destaca-se a figura de Garibaldi, considerado “herói de dois mundos”, pois além de participar da Farroupilha no Brasil, quando inclusive conheceu sua esposa Anita, também foi peça importante no processo de unificação italiana, sobretudo para a anexação das regiões do Sul (Piassini, 2014; Bertonha, 2019).

Diante disso, cabe ressaltar que antes da unificação, as relações do Brasil com a Itália na verdade eram estabelecidas com diferentes regiões que posteriormente passaram a integrar o território italiano, tais quais o Reino das Duas Sicílias, Vêneto, Lombardia e Sardenha-Piemonte. Foi essa última a responsável por conduzir o *risorgimento*, isto é, o processo de unificação da Itália como Estado independente. Assim, o Reino da Sardenha, do rei Vittorio Emanuele II, guiado pelas ideias liberais do conde de Cavour, incorporou territórios do Sul e do Centro e constituiu o Estado italiano em 1860 (Bertonha, 2019).

Com a unificação italiana e a oficialização do Reino da Itália em 1861 veio o reconhecimento por parte do Império brasileiro (Brasil, 2023). Tal reconhecimento foi requisitado ao ministro das Relações Exteriores, Magalhães Taques, pelo representante diplomático no Rio de Janeiro, Gabriele Galateri dos Condes de Genola e de Suniglia, que baseou seu argumento no histórico das relações entre os dois países:

As **relações de amizade** que sem interrupção têm existido entre os dois países; as seguranças que tenho recebido dos desejos do governo imperial do Brasil de concorrer para que se estreitem e se desenvolvam cada vez mais essas felizes relações, reciprocamente vantajosas; o respeito aos princípios nacionais e constitucionais, sobre os quais se firma a independência do Brasil; assim como a da Itália; o exemplo de grande número de Estados, e dos mais poderosos, da Europa e da América; o acordo admirável, que de dia em dia mais se consolida, dos poderes na Itália, nenhuma dúvida me deixam sobre o **acolhimento favorável**, por parte do governo de S.M. o imperador do Brasil, a comunicação de que tenho a fortuna de ser órgão junto de V. Ex. (Brasil, 1862, p. 116-117, grifo nosso).

Após ultrapassadas questões burocráticas, ainda que tardiamente, o Brasil reconheceu formalmente o novo Estado em 8 de novembro de 1861. As intenções do imperador Pedro II eram de manter “as relações de amizade e boa harmonia que tão felizmente existem entre os povos de ambos os países” (Brasil, 1862 *apud* Cervo, 2011).

Além de encontrar na Itália um mercado para os produtos brasileiros, o país foi utilizado em prol de outro objetivo: a substituição de mão de obra escrava. Sob pressão inglesa, foi estabelecida em 1850 a Lei Eusébio de Queiroz para o fim do tráfico negreiro. Diante disso, tornou-se necessário recorrer a alternativas para o trabalho escravo, sobretudo nas produções de café (Cervo, 2011; Ricupero, 2017).

Inicialmente, a mão de obra europeia, em especial a italiana, não foi considerada a melhor alternativa uma vez que a escravidão ainda não tinha sido abolida e portanto, ainda era permitido o uso desse tipo de mão de obra. Contudo, com a expectativa de vida reduzida e a abolição gradual da escravidão a partir de leis como a do Vente Livre, que libertava os filhos de escravizadas após a maioridade, surgiu a necessidade de atração de imigrantes italianos, principalmente por parte de proprietários de novos terrenos agrícolas (Trento, 2022).

Assim, a primeira grande onda migratória de italianos ao Brasil deu-se a partir dos anos 1870. Os imigrantes eram atraídos por propagandas positivas acerca do país tropical, que melhoraria as condições de vida impostas após o processo de unificação da Itália. Assim como devido à intensificação da industrialização, responsável por deixar a parcela da população que dependia do campo com dificuldades de competir com a agilidade do processo de produção industrial (Bertonha, 2019; Trento, 2022). O Brasil era, portanto, descrito como

“o país das maravilhas, em que o ganho é assegurado e a propriedade de terra está ao alcance da mão” (Trento, 2022, p. 31).

Como instrumento de fomento aos fluxos migratórios, foi criada a Sociedade Promotora de Imigração em 1886, destinada ao estado de São Paulo. A Sociedade era formada por membros da elite de produtores de café e objetivava a atração de imigrantes, majoritariamente italianos, para trabalhar nas lavouras. Além dos fundos privados, todo o processo era subsidiado pelos governantes de São Paulo, que arcavam com os custos de transporte e alocação nas fazendas (Skidmore, 1976).

As famílias eram o foco da política e recebiam seus salários conforme o número de pés de café a elas atribuídos. Mas logo a Sociedade foi dissolvida, devido a denúncias das condições de trabalho impostas aos italianos, como a insalubridade durante as viagens, a extensa jornada de trabalho e as precárias condições dos alojamentos. Diante disso, foi proibida por parte da Itália as imigrações subsidiadas com destino ao Brasil, pelo Decreto Prinetti de 1902 (Skidmore, 1976; Trento, 2022).

Além da utilização da força de trabalho, a atração de imigrantes italianos atendia a questões de baixa densidade demográfica, sobretudo no Sul do país (Cervo, 2011; Trento, 2022). Nesse sentido, as funções atribuídas aos italianos que eram encaminhados para essa região eram outras, como destaca Hutter (1987):

Tanto no Rio Grande do Sul, como em Santa Catarina e Paraná, quase a totalidade dos imigrantes italianos vieram para se tornar pequenos proprietários, enquanto que em São Paulo, embora alguns tenham-se estabelecido em núcleos coloniais, a grande maioria, sobretudo até princípios do século XX, veio para suprir a mão-de-obra na lavoura cafeeira (Huffer, 1987, p. 61).

A política de imigração também respondia aos interesses brasileiros de promover o branqueamento da população. O processo foi introduzido pelo Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, o qual estabelecia a livre entrada de imigrantes “excetuados os indígenas da Ásia ou da África” (Brasil, 1890 *apud* Skidmore, 1976). Para facilitar o processo de miscigenação do povo brasileiro, os imigrantes italianos foram submetidos ao distanciamento de suas origens com o propósito de “(...) contribuir para o branqueamento e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação” (Seyferth, 1996, p.49 *apud* Giordani; Maciel, 2023).

Dos resultados da política de atração de italianos ao Brasil tem-se a entrada de 1.353.594 imigrantes entre 1870 e 1914, ficando atrás dos números de Estados Unidos e Argentina, que ultrapassaram a casa dos dois milhões (Cervo, 2011). O fluxo migratório se

tornou limitado a partir da década de 1930 e a Constituição Federal de 1934, que impôs restrições à chegada de estrangeiros ao país (Huffer, 1987).

Separados por um oceano de distância, era essencial a criação de uma italianidade brasileira, nos imigrantes italianos e em seus descendentes. Mesmo fora do seu país de origem, os italianos buscavam um sentimento de pertencimento e de coletividade. Esse foi encontrado em instituições como o Istituto Medio Dante Alighieri, o clube de futebol Palestra Italia, que hoje recebe o nome de Palmeiras e o jornal Fanfulla (Bertonha, 2012). A imprensa italiana, em especial, buscava ser a guardiã dos interesses da Itália e dos italianos situados no Brasil, bem como contribuir para a melhoria das condições de vida, proporcionando informações sobre moradia, agronomia e higiene (Trento, 2013).

A participação italiana no Brasil deu-se também no processo de industrialização do país, a exemplo de Giuseppe e Nicola Carbone que fundaram a Refinaria União em 1910, voltada para o refino de açúcar (Lupia, 2017). Outro imigrante italiano que deixou sua marca no processo de desenvolvimento industrial em curso foi Francisco Matarazzo. O italiano veio para terras brasileiras em 1881 e se especializou no setor têxtil, com foco no algodão. Também se dedicou a outras áreas da produção como madeira, fósforos, seda artificial, fundição e oficina para o reparo de equipamentos de outras indústrias (Lacerda *et al*, 2018). Dados de 1936 apontam para um total de 285 fábricas Matarazzo de metalurgia, indústria têxtil e de alimentos (Cervo, 2011).

Outro ponto a ser considerado é que a proximidade entre Brasil e Itália, fortalecida pela chegada de italianos ao território brasileiro, traduziu-se nas relações políticas, econômicas e comerciais entre os dois países. Em meio à grande onda migratória, o Brasil, ainda Império, passava por transformações políticas que resultaram na proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Assim como o Império brasileiro tardou a reconhecer o novo Estado italiano, a Itália somente reconheceu o Brasil República em 26 de outubro de 1890 (Bonafé, s.d.). A demora no reconhecimento formal deu-se pela simpatia que a Itália nutria pela Monarquia brasileira e pela desconfiança na mudança da forma de governo (Cervo, 2011).

Uma outra mudança na política brasileira causou incômodo ao governo italiano: a política de naturalização dos estrangeiros residentes no Brasil. O Decreto nº 58-A, de dezembro de 1889, estabeleceu que “são considerados cidadãos brasileiros todos os estrangeiros que já residiam no Brasil no dia 15 de novembro de 1889, salvo declaração em contrário feita perante a respectiva municipalidade, no prazo de seis meses da publicação deste decreto.” (Brasil, 1889, n.p).

Documentos diplomáticos italianos mostram a preocupação de Francesco Crispi, ministro do Exterior, com a nova política brasileira. Crispi considerava que o Decreto era injusto e prejudicial aos colonos italianos que não poderiam recorrer dentro do prazo estipulado e que tal situação poderia desencadear reações internas violentas e até mesmo conflitos internacionais. Ainda, compartilhava essa posição contrária com embaixadores situados em Berlim, Londres, Madrid, Paris, Viena e Lisboa. As intenções do governo italiano eram de, junto ao governo brasileiro, revogar ou modificar as disposições do Decreto (Itália, 1995).

No que tange às relações comerciais, foi firmado um acordo em 5 de julho de 1900. O “Acordo Comercial Provisório entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Itália” previa a redução das tarifas de direito de entrada sobre o café mas foi logo revogado no ano seguinte (Brasil, 1900). De maneira geral, os produtos italianos exportados eram, em sua maioria, produtos primários. No Brasil de 1901, somente 0,9% das exportações eram destinadas à Itália, enquanto 43% iam para o mercado dos Estados Unidos da América (EUA) e 14,8% para a Alemanha (Cervo, 2011).

O Acordo Comercial foi prorrogado diversas vezes, em 1902, 1904, 1906, 1908, 1910, 1912, 1914 e 1918 (Brasil, 1913, 1918). A instabilidade decorria do confronto de interesses entre os dois países, uma vez que o Brasil ansiava a livre entrada do café no mercado italiano ao passo que a legislação da Itália estabelecia que todos os produtos estrangeiros deveriam ser submetidos às taxas alfandegárias. Além disso, como já mencionado, o governo italiano preocupava-se também com as condições impostas aos imigrantes situados no Brasil, que inclusive sofriam os efeitos das quedas do preço do café. Mesmo diante das dificuldades, as exportações para a Itália passaram de 378.171 libras-ouro em 1901 para 6.421.278 em 1918 (Cervo, 2011).

Em meio às negociações comerciais entre Brasil e Itália, o cenário político mundial se encaminhava para a Grande Guerra (1914-1918). Dos lados do conflito, a Tríplice Aliança, composta por Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Otomano e a Tríplice Entente, por França, Grã-Bretanha, Rússia e mais adiante os EUA. Mesmo fazendo parte da Tríplice Aliança, a Itália inicialmente se recusou a entrar na guerra e o engajamento veio somente em 1915, quando passou para o lado da Entente (Daróz, 2016). No caso brasileiro, o governo sustentou a posição de neutralidade até 1917, com o rompimento das relações com a Alemanha em resposta à destruição do navio Paraná e o apoio às forças da Entente (Ricupero, 2017).

Brasil e Itália saíram da Guerra estando do mesmo lado e em 1918 o governo italiano preparou o envio de uma “Missão Especial Italiana” para análise do mercado e questões de intercâmbio comercial. A Missão foi chefiada pelo deputado Vito Luciano, que ressaltou em discurso os históricos laços que ligam os dois países:

Para tornar mais íntima a amizade entre as nossas Pátrias e mais fecundo o seu intercâmbio contribuirão, certamente, os vínculos que a guerra criou. Os dois países, até ontem unidos pela afinidade de raça, por uma poderosa corrente de emigração, pela inteligência das duas raças, pelo indomável amor de liberdade, pelo culto de todas as coisas nobres e belas, pela predileção da natureza que prodigalizou a um e a outro os mesmos sorrisos, estão hoje mais estreitamente ligados na grande aliança das democracias do mundo contra o militarismo brutal que pela baixa ambição das intenções e, mais ainda, pelos métodos execrands de guerra, supera tudo quanto de pior os séculos conheceram (Brasil, 1918, p. 11).

Depois da Guerra, nas décadas de 1920 e 1930, as relações bilaterais ainda colocavam em pauta questões envolvendo os imigrantes italianos e também o comércio e exportação de café, para a expansão do mercado consumidor. Além disso, os interesses da Itália eram direcionados para a consolidação de uma indústria pesada, para a fabricação de navios, submarinos e aviões, e também de armamentos (Cervo, 2011; Bertonha, 2012).

Em especial, os anos 1930 testemunharam um período de transição da política externa italiana que desde 1928 já arquitetava o projeto para formação de uma Itália potência dentro do sistema internacional. Assim, direcionou seus esforços à propagação da ideologia fascista, que ganhou força com Benito Mussolini, líder italiano e chanceler (Bertonha, 2012). A Itália via na América Latina uma oportunidade para a difusão dos ideais do fascismo, dado o considerável número de imigrantes e descendentes de italianos. Para tal, utilizaram-se de instrumentos como os Istitutos di Cultura, como auxílio para a criação de uma imagem favorável de suas novas políticas (Bertonha, 2001; Caravocchi, 2016).

A política cultural italiana, usada em prol da ideologia fascista, encontrou no Brasil apoio dado pelo Movimento Integralista, que contribuiu para o estabelecimento dos Istitutos. Para os objetivos italianos, a atividade dos integralistas era apropriada para difundir o fascismo não só entre os imigrantes, mas também entre os brasileiros. E assim, atingir os objetivos de sua nova política externa (Cervo, 2011). É importante salientar que, mesmo que tenham sido criados a partir dos esforços de Mussolini, essas instituições voltavam-se para o fomento da cultura e da língua italiana, função que continuaram a exercer após o fim do governo fascista (Bogoliubova; Nikolaeva, 2014).

Além do âmbito político e cultural, as relações do Brasil com a Itália no período que antecede a Segunda Guerra Mundial se revelaram também na esfera comercial, dando

seguimento ao que foi construído nas décadas anteriores. Com os impactos da crise econômica internacional de 1929 no comércio, o presidente Getúlio Vargas introduziu mudanças na relação bilateral pela renúncia dos acordos anteriores. Um novo acordo, “Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Itália” foi firmado em novembro de 1931. Esse determinava o estabelecimento do tratamento da nação mais favorecida aos produtos naturais ou fabricados, ou seja, para não serem submetidos a tarifas diferentes ou superiores àquelas aplicadas a produtos da mesma natureza, mas de outros países (Brasil, 1931).

Para as trocas comerciais, o café ainda era o produto que mais recebia atenção dos esforços italianos e brasileiros. De fato, entre 77% e 83% das exportações destinadas à Itália entre 1924 e 1933 eram de café. Inclusive, em 1932, o adido brasileiro em Roma, Luís Sparano, foi enviado em missão voltada à promoção da comercialização do produto (Cervo, 2011).

Da substituição do acordo de 1931 por um novo em 1936, tem-se a introdução do comércio compensado¹, até então só utilizado com a Alemanha (Cervo, 2011). Destaca-se que no período entreguerras, a atenção da política externa brasileira se encontrava dividida entre Estados Unidos e Alemanha, em um jogo que Gerson Moura (1980) denominou de “equidistância pragmática”. Com a existência de dois sistemas de poder disputando a formação de alianças, esse momento foi marcado pelo comércio compensado com a Alemanha ao mesmo tempo em que o governo brasileiro buscava o livre-comércio e investimentos com os EUA, para impulsionar o desenvolvimento (Moura, 1980).

A eclosão da Segunda Guerra Mundial trouxe mudanças não só no relacionamento do Brasil com EUA e Alemanha, mas também com a Itália. O governo brasileiro era pressionado por um lado por parte dos grupos integralistas, favoráveis ao alinhamento ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Contudo, os EUA com o apelo ao pan-americanismo e o comprometimento com o projeto brasileiro de reaparelhamento das Forças Armadas e de construção da siderúrgica de Volta Redonda, contribuíram para o abandono da posição de neutralidade do Brasil frente ao conflito (Moura, 1980). Soma-se a isso, a entrada estadunidense na guerra, após os ataques japoneses à base de Pearl Harbor em 1941 (Pinheiro, 2004).

Nessa conjuntura, o rompimento de Vargas com o Eixo em 1942 impactou as relações comerciais e diplomáticas com a Itália de Mussolini. No relatório do Ministério das Relações

¹ Comércio compensado ou a prática de “(...) abandonar a livre conversibilidade de suas moedas e de canalizar o comércio através de acordos bilaterais com base em troca de mercadorias ou em contas de compensação com aplicação estritamente bilateral” (Abreu, s.d, n.p)

Exteriores (MRE) de 1942, foram mencionados desaparecimentos e ataques da Alemanha e Itália a navios mercantes. Diante disso, o reconhecimento do estado de beligerância com os “Estados totalitários”:

Foi geral o movimento de simpatia da consciência americana para com o Brasil, em face do gesto que o colocou entre os defensores dos mais elevados princípios da dignidade humana. Essa unanimidade teve a exprimi-la as vozes mais autorizadas do mundo oficial de cada país e de instituições às quais não escapou o alcance da intervenção do Brasil na luta contra os Estados totalitários (Brasil, 1942, p. 17-18).

As relações comerciais foram as primeiras a serem rompidas, em 28 de janeiro de 1942. Ainda como resultado do rompimento com o Eixo, o confisco de bens e terras em posse de italianos no Brasil (Cervo, 2011) e a proibição, por lei, do uso de línguas estrangeiras, incluso o italiano e o alemão, por serem consideradas uma forma de aproximação às forças inimigas (Santoro, 2004). Além disso, um outro fator contribuiu para o deterioramento das relações bilaterais: o envio de 25.334 soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB), junto ao governo dos EUA, para combate na Itália em 1944 (Pinheiro, 2004; Trento, 2022).

A retomada da amizade foi concretizada somente com a Declaração de Amizade e Cooperação, de 12 de outubro de 1949, a qual dispôs que:

O Governo brasileiro e o Governo italiano, havendo examinado a situação internacional e as relações de tradicional amizade que unem os dois países, baseadas no patrimônio comum de civilização latina e cristã, bem como na ampla esfera de concordância de seus interesses fundamentais, verificaram existir entre ambos identidades de vistas e de fins, quer no que diz respeito à **consolidação da paz** e ao **fortalecimento da cooperação internacional**, e das normas da organização e de convivência dos povos, quer tanto quanto a necessidade de se preservar e reforçar os direitos fundamentais tanto dos indivíduos como dos povos, assim como os princípios democráticos sobre os quais se fundam as instituições livres (Brasil, 1949, p. 1, grifo nosso).

Apesar de já mencionados na Declaração de 1949, os esforços em prol da consolidação da paz e da cooperação foram intensificados na segunda metade da década de 1950, quando as políticas interna e externa brasileira passaram por transformações, também para se aproveitarem de um novo momento da política internacional.

2. DO INTERNO AO EXTERNO: O DESENVOLVIMENTISMO NAS POLÍTICAS DE JUSCELINO KUBITSCHEK

2.1 O CONTEXTO INTERNACIONAL

Em meados da década de 1950, o cenário da política internacional começava a se distanciar de alguns aspectos que marcaram o imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a dinâmica da relação entre os dois polos hegemônicos que marcaram a divisão da Guerra Fria, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se tornava menos rígida. Além disso, o fortalecimento de novos atores internacionais abria margem para novas possibilidades de interação (Saraiva, 2008).

A política do líder da União Soviética, Nikita Khrushchev, apresentada durante o XX Congresso do Partido Comunista, orientou-se a partir da noção de que os países do bloco socialista poderiam coexistir de maneira pacífica com os capitalistas. A “coexistência pacífica” resultou em transformações na condução das relações entre as duas superpotências, com destaque para a competição - política, econômica e tecnológica - em substituição à guerra, utilizada como meio de solução das controvérsias entre os dois Estados. Dando impulso à competitividade, da nova percepção soviética acerca da ordem mundial decorreram políticas de assistência econômica aos países subdesenvolvidos (Silva, 1992; Petrocchi, 2018).

Foi também na segunda metade da década de 1950 que ocorreu a Conferência de Bandung, em 16 de abril de 1955, com a participação de 29 países, sendo 23 asiáticos e 6 africanos. A Conferência é considerada um marco para grande parte dos processos de descolonização na África e na Ásia e para a constituição de novos atores políticos internacionais, visando o fortalecimento de um terceiro grupo desalinhado à bipolaridade da Guerra Fria (Saraiva, 2008).

As mudanças na conjuntura da Guerra Fria também decorreram da nova posição dos países da Europa Ocidental no tabuleiro da política internacional. Após o período de destruição, fruto da participação na Segunda Guerra, os europeus foram os destinatários do Plano Marshall (1947), programa do governo dos Estados Unidos para a recuperação econômica do continente. Como bem destaca Cristina Pecequillo (2014), o fortalecimento político e econômico da Europa atenderia aos planos norte-americanos para a contenção do comunismo, sobretudo devido à proximidade de suas fronteiras com a União Soviética.

Somados a isso, a própria articulação interna e o anseio pelo desenvolvimento de projetos integrativos, motivados por nacionalismos, contribuíram para o novo posicionamento da Europa no conjunto das forças internacionais (Hobsbawm, 1995; Menezes e Penna, 2006). Em 1957, foram assinados pela “Europa dos Seis” - França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo - os Tratados de Roma para o estabelecimento da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (CEEa ou Euratom), com o objetivo de promover competitividade europeia frente aos outros atores internacionais (Pecequillo, 2014; Ricupero, 2017).

Se deslocando mais para o Oeste do globo, no continente americano o governo de Dwight Eisenhower, do partido Republicano nos EUA, trouxe consigo um novo direcionamento para a política externa do país, com o reforço do discurso anti-comunista e da “política de contenção”. Diante disso, mesmo impactados pelas consequências do envolvimento na Guerra da Coreia, o governo norte-americano lançou a “Doutrina Eisenhower”, para uso da força em casos de ameaça à segurança dos Estados Unidos e passou a voltar sua atenção para o Líbano e para o Egito, esse último em decorrência da Crise de Suez (Wilson, 2002).

Para além desse aspecto da política exterior dos Estados Unidos, a América Latina, outrora marcada por projetos de assistência econômica e de defesa coletiva, já não era mais priorizada nos planos e ações internacionais estadunidenses. Tal postura passou a ser alvo de críticas por membros da administração Eisenhower e também por grande parte dos governos latinos, como Argentina, Peru, Venezuela e Colômbia, recém democratizados após longos períodos de ditadura (Silva, 1992).

2.2 O CENÁRIO INTERNO

É importante destacar que o período que antecede a chegada de Juscelino Kubitschek, ou JK, à presidência foi marcado por forte instabilidade. Diante disso, internamente o Brasil tentava contornar a crise política derivada da morte de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954. O vice-presidente Café Filho tomou posse logo em seguida, enfatizando o intento de realizar as eleições para o próximo presidente em outubro de 1955. Nesse ínterim, os partidos políticos preparavam suas candidaturas para a corrida presidencial. O Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) juntaram forças e apostaram suas fichas no mineiro JK. A aliança foi firmada por intermédio de Tancredo Neves do PSD e Oswaldo Aranha do PTB (Maranhão, 1981).

Para compreender a ascensão de Juscelino ao Poder Executivo, é necessário conhecer os passos dados ao longo de sua trajetória política. O nome de JK já era conhecido por grande parte dos políticos brasileiros, inclusive por Getúlio Vargas que reconhecia o potencial das obras realizadas pelo mineiro. Juscelino de Oliveira Kubitschek nasceu em Diamantina, Minas Gerais, em 12 de setembro de 1902. Médico de formação, deu início a sua carreira na política em 1933 quando trabalhou como secretário do interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares (Skidmore, 2010). Com o apoio de Valadares, Juscelino elegeu-se como deputado para participar da Constituinte em 1934 e após cinco anos, tornou-se prefeito de Belo Horizonte, ocupando o cargo até outubro de 1945 (Maranhão, 1981)

Diante do apoio político angariado, principalmente em função da amizade com Valadares que se tornou um dos fundadores do PSD, JK assumiu o cargo de governador de Minas Gerais a partir das eleições de 1950. Durante sua gestão à frente do governo mineiro, pôde realizar grandes obras, sobretudo nas áreas de transporte e de energia, que lhe renderam uma reputação de bom planejador e empreendedor (Maranhão, 1981; Skidmore, 2010).

Apesar do prestígio político conquistado ao longo da carreira, a chegada de Juscelino Kubitschek à presidência foi conturbada. A começar pelo momento de lançamento das candidaturas ao cargo, com a apresentação do projeto da União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição a Getúlio Vargas e a qualquer outro político que desse indícios de continuidade de suas ideias. A proposta da UDN, liderada por Carlos Lacerda, era que todos os partidos lançassem uma candidatura única, o que reduziria as chances da aliança PSD-PTB levar a disputa. Como a ideia não recebeu grande endosso, os unedistas se posicionaram contra a realização das eleições em outubro de 1955 (Maranhão, 1981; Schwarcz, 2015).

A tentativa de manobra da oposição não obteve êxito e Juscelino foi eleito no dia 03 de outubro daquele mesmo ano, com 36% dos votos. Mesmo com a vitória, a disputa foi acirrada: 30% dos votos para Juarez Távora, candidato da UDN, 26% para Adhemar de Barros e 8% para Plínio Salgado, demonstrando ainda resquícios do fascismo e do integralismo no imaginário brasileiro (Schwarcz, 2015). Para vice-presidente, foi eleito João Goulart, que acabou recebendo mais votos do que o JK, 3.591.409 frente os 3.077.411 dados ao presidente² (Skidmore, 2010).

Sendo ultrapassada a etapa da eleição, a UDN ainda insistia na oposição à Juscelino Kubitschek, ao contestar o resultado final alegando ilegalidade pelo fato de que JK não

² A Constituição Federal de 1946 previa que o presidente e o vice-presidente deveriam ser eleitos separadamente, ainda que no mesmo período. Tal condição foi alterada somente a partir do Código Eleitoral de 1965, já no regime militar (Nicolau, 2012).

atingira a maioria dos votos. Contudo, o plano não foi para frente já que na Constituição não constava que o candidato deveria ser eleito com maioria absoluta para que o resultado pudesse ser considerado válido. Restava, portanto, recorrer a caminhos inconstitucionais (Skidmore, 2010).

Então, foi organizada com o apoio de setores das Forças Armadas, de Café Filho e liderada por Carlos Lacerda, da UDN, uma tentativa de golpe para impedir a posse de Juscelino. O plano precisou tomar outro rumo quando Café Filho foi levado ao hospital após passar mal e foi substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Além disso, desavenças levaram ao afastamento do ministro da Guerra, o general Teixeira Lott, que fazia parte do grupo do Exército que não apoiava essa ilegalidade. Assim, diante dos acontecimentos e alarmado com a possibilidade de golpe, o general Lott organizou para o dia 11 de novembro de 1955 um contragolpe para garantir a posse do presidente eleito (Skidmore, 2010).

A questão foi levada ao Congresso e em sessão extraordinária, por 185 votos a 72, decidiram pela exoneração de Carlos Luz, que foi substituído por Nereu Ramos, presidente do Senado. Mesmo com a recuperação de Café Filho e a reafirmação de seu desejo de retornar à presidência, não demorou muito para que os parlamentares se posicionassem a favor da posse de Juscelino no dia 31 de janeiro de 1956 (Schwarz, 2015; Skidmore, 2010).

Superada a instabilidade das eleições, em seu discurso de posse Juscelino Kubitschek apontou para o futuro do Brasil, fazendo uso de um tom nacionalista:

E usando desta oportunidade, que é o marco final de uma caminhada áspera e terrível, queremos mais uma vez reafirmar o nosso desejo de reunir, numa obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira, todos os homens de boa vontade, todos aqueles que colocam alto o interesse da pátria, tão necessitada, nesta hora, de desvelo, de cuidado e de trabalho. Sentimo-nos mais do que nunca animados do ardente **desejo de trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira** (Brasil, 1956a, grifo nosso).

Ainda, no Brasil a segunda metade dos anos 50 simboliza um período de agitados conflitos sociais, mobilização das massas urbanas e rurais, bem como um fervor cultural, expressado por movimentos como o modernismo na arquitetura e a bossa nova na música (Vizentini, 2006; Ricupero, 2017). Outro fator de destaque foi a herança deixada por Café Filho na economia: a dívida externa, que em 1954 chegou a US\$ 1,32 bilhão e a inflação, entre 22% e 23% no biênio 1954-1955 (Abreu, 2013).

Além disso, se insere em um momento de ampliação da participação política em decorrência do aumento populacional, principalmente nas áreas urbanas. Como apontado por

Celso Lafer (1975), em 1950 a parcela de população urbana no Brasil era de 36,2% e saltou para 45,1% em 1960. Como efeito, as demandas sociais e políticas, além de exacerbar a dinâmica entre as massas e as elites, apontavam para a necessidade de planejamento setorial por parte do governo, com destaque para o incremento do número de empregos.

2.3 O 'PLANO DE METAS'

As políticas de Juscelino Kubitschek foram sustentadas por uma ideologia desenvolvimentista, reforçada pelo otimismo do presidente em elevar o status do Brasil para o de grande potência no sistema internacional (Skidmore, 2010). A presença dessa ideologia no pensamento brasileiro já antecede o governo de Juscelino. Como mostra Amado Cervo (2003), o desenvolvimentismo ganha força a partir da década de 1930 com o governo de Getúlio Vargas e seu projeto de industrialização.

Para compreender a questão do desenvolvimento no governo JK, é necessário estabelecer a relação do presidente com um órgão criado ainda na gestão Café Filho. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) surgiu em 1955, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura. Os intelectuais do ISEB partiam do pressuposto que a maior parcela da sociedade brasileira era arcaica e por isso, passível de modernização. Essa era, portanto, uma das chaves para o desenvolvimento (Ianni, 2004)

Além disso, o modelo nacional-desenvolvimentista do Instituto delega ao Estado a função de condutor do progresso e do desenvolvimento econômico, devendo se portar como “Estado Funcional” capaz de gerar e conduzir as políticas voltadas a esse objetivo. Outro aspecto importante é o papel das elites industriais na disseminação da ideologia desenvolvimentista. Como exemplificado por Skidmore (2010), o setor da burguesia representado por grupos empresariais, se constituiu como forte base de apoio às políticas de Juscelino Kubitschek. Ao mesmo tempo, o ISEB não reservava nenhuma atribuição às classes sociais nesse processo, subjugando seus interesses aos da burguesia (Ianni, 2004).

Benevides (1979) chama atenção para a importância do ISEB na incorporação do ideário desenvolvimentista por JK. Mesmo não sendo muito afeito aos seus membros, o órgão foi incorporado pelo presidente ao governo com a finalidade de apoiar a política de desenvolvimento por ele proposta. Diante disso, Juscelino deu uma nova roupagem ao nacionalismo, transformando-o em “uma abertura ideológica do ‘desenvolvimentismo’, sendo na realidade, uma forma de consagração do Estado, uma transfiguração teórica do populismo” (Weffort, 1966 *apud* Benevides, 1979).

Nessa dinâmica, destaca-se a figura de Hédio Jaguaribe, um dos principais expoentes do ISEB. Para Lessa (2013), Jaguaribe foi um grande defensor do nacional-desenvolvimentismo e sustentava que a sociedade, pós-crescimento industrial, se dividia em dois setores: o Nacionalista, vinculado aos grupos industrial e que advogavam em prol do Estado condutor do desenvolvimento e o Cosmopolita, associado às classes latifundiárias e ao setor primário-exportador. Diante disso, entendia o desenvolvimentismo como sendo de aspiração dos Nacionalistas. Ainda, mesmo que nenhum projeto organizado pelo presidente JK tenha contado diretamente com a participação de Jaguaribe, suas ideias influenciaram a estratégia definida pelo chefe do Executivo (Lessa, 2013).

Em decorrência do projeto de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek, foi apresentado já no segundo dia de governo em uma reunião entre os ministros, o Plano de Metas: 50 anos em 5. Baseado em estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), foi organizado por Roberto Campos e Lucas Lopes. A partir dele, o presidente buscava consolidar a industrialização brasileira e ao mesmo tempo contornar problemas que fortemente caracterizavam o período, como o déficit no Balanço de Pagamentos, pontos de estrangulamento da economia e a inflação (Benevides, 1979).

A situação em que encontrei o Brasil, ao assumir o governo, não era – como já disse – encorajadora. Sua economia acusava instabilidade e a inflação já revelava um perigoso ritmo ascensional. A crise vinha de trás, e Café Filho, durante o seu governo, havia enfrentado gravíssimos problemas de pagamento. Assim, ao chegar ao Catete, não sabia como fazer face àqueles graves problemas: executar o programa de metas e solucionar, simultaneamente, a crise financeira (Kubitschek, 2020, p. 29).

No que tange à aprovação do Plano, Benevides (1979) destaca a importância da aliança PSD-PTB, a mesma responsável pela eleição de Juscelino Kubitschek. Para que o orçamento destinado ao programa desenvolvido pelo presidente fosse posto em prática, era necessário obter a maioria de $\frac{2}{3}$ dos votos dos parlamentares no Congresso. Somado aos votos do PTB, para a sorte de Juscelino, o PSD que ocupava a maioria dos assentos, deu grande apoio ao projeto.

Além disso, ambos os partidos se interessavam pelas metas apresentadas por JK. O PTB via vantagens na expansão da indústria brasileira, sobretudo pelo aumento na oferta de empregos. O mesmo era identificado no PSD, predominantemente entre os grupos mais progressistas dentro do partido. Os interesses da ala rural do PSD eram atendidos pela manutenção das estruturas sociais, dado o distanciamento do governo em questões de

propriedade e reforma agrária. Portanto, o presidente garantia maioria parlamentar, ao representar os anseios de uma elite rural e do empresariado formando assim, seu “bloco de apoio” (Benevides, 1979)

O Plano de Metas incluía 30 metas, além da construção da nova capital do país, Brasília, denominada por JK de “Meta Síntese” (Kubitschek, 2020). Elas tinham como base, em conformidade com a ideologia nacional-desenvolvimentista, a participação do Estado como orientador do processo de desenvolvimento (Maranhão, 1981). Diante do tamanho e da complexidade do Plano, para Lafer (1975), esse “pode ser considerado como a primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental do Brasil”.

Para melhor gerir o Plano, foi criado o Conselho de Desenvolvimento, o qual exercia a função de assessorar o presidente em termos de planejamento. Além disso, foram estabelecidos Grupos de Trabalho, destinados à organização de projetos de lei vinculados às metas, e os Grupos Executivos, responsáveis por aprovar as leis. Exemplos de Grupos Executivos são o da Indústria Automobilística (GEIA) e o da Indústria de Construção Naval (GEICON). Todo esse conjunto fazia parte da “administração paralela”, dotando o poder Executivo de maior autonomia (Benevides, 1979; Maranhão, 1981).

As metas foram agrupadas em seis grupos, sendo priorizada a indústria de bens de consumo duráveis: energia (metas 1 a 5); transportes (metas 6 a 12); alimentação (metas 13 a 18); indústrias de base (metas 19 a 29); educação (meta 30) e a construção de Brasília (a Meta Síntese). A alocação dos investimentos para cada grupo visava estimular o processo de acumulação, especialmente pela aplicação em setores de maior produtividade, como o de transportes. Ademais, o destaque para as metas de transportes foi a expansão da malha ferroviária. Entre 1956 e 1960, o presidente expandiu-a em 6 mil quilômetros (Benevides, 1979; Schwarcz, 2015).

A Meta Síntese, a construção de Brasília, uma cidade planejada para ser a nova capital, em substituição ao Rio de Janeiro, simbolizava o desejo de modernização do país. Foi chamada assim por JK pois interligava todas as metas a partir da interiorização da capital, para o coração do país. Como apontado por Couto (2011), “significava a ocupação e incorporação da vastidão interior ao processo de desenvolvimento”. Assim, era um projeto para integração nacional, tendo em vista o isolamento do Planalto (Kubitschek, 2020). A obra foi organizada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa. Os gastos com Brasília representaram 2,3% do PIB dos cinco anos do governo (Abreu, 2013).

No processo de execução do Plano, o papel do Estado como planejador e condutor do desenvolvimento ficava concentrado nos setores de energia, transporte, indústria siderúrgica e

no aumento da produção de petróleo. No setor público, os financiamentos eram geridos pelo BNDE. JK contava também com investimentos do setor privado nacional (Lafer, 1975; Lacerda *et al*, 2018).

Além disso, devido à insuficiência da poupança interna, Kubitschek precisou recorrer também ao capital estrangeiro. Contudo, isso não contrariava os anseios de sua política nacional-desenvolvimentista, que diferente do nacionalismo de Getúlio Vargas, incorporava a dominância dos investimentos externos (Lacerda *et al*, 2018). Até mesmo o modelo desenvolvido pelo ISEB previa a participação externa, impondo algumas restrições:

O nacionalismo desenvolvimentista não se opõe ao capital estrangeiro, como tal, mas apenas à tendência de se lhe entregar a função mais dinâmica do desenvolvimento ou de se permitir que, pelo controle de setores econômicos estratégicos e sobretudo dos recursos naturais, possa o capital estrangeiro opor-se ou dificultar a utilização ótima dos recursos naturais (Jaguaribe, 1958 *apud* Ianni, 2004).

Para atrair os investimentos externos, Juscelino Kubitschek fez uso de um aparelho criado pelo ministro da Fazenda de Café Filho, Eugênio Gudin. A Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) era um facilitador para a chegada de capitais estrangeiros. Sua vigência foi estendida a partir do Decreto 42.820 de 1957. O instrumento permitia a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, sendo contabilizados como Investimento Estrangeiro Direto (IED) com uma taxa de câmbio livre, o que se tornava mais atraente para as empresas do exterior, em principal as multinacionais. Essa dinâmica fez com que várias empresas nacionais se associassem às estrangeiras, que poderiam usufruir dos privilégios ofertados pelo governo (Lessa, 1981 *apud* Caputo; Mello, 2009).

Estima-se que os investimentos estrangeiros através da Instrução 113 computaram cerca de US\$ 500 milhões ao longo dos anos do governo JK (Gordon e Grommers, 1962 *apud* Abreu, 2013). Inclusive, foram direcionados majoritariamente para a indústria automobilística, com empresas como a Volkswagen da Alemanha e a Simca da França, para o setor de energia e aço e para os transportes aéreo e ferroviário (Benevides, 1979).

Além disso, é importante salientar que essa política posta em prática por Juscelino também se beneficiou do momento internacional. A recuperação da Europa com a criação da CEE tornou-a apta a competir com os Estados Unidos no mercado mundial. Sendo assim, essa dinâmica contribuiu para o aumento do número de IED no Brasil (Caputo; Mello, 2009).

Outro fator favorável foi a expansão do mercado interno brasileiro, atrativo para a competição das indústrias estrangeiras (Skidmore, 2010).

Mesmo com o tripé econômico formado pelo Estado e os capitais privados nacional e internacional, a consecução do Plano de Metas desencadeou um problema: a inflação. Como mostra Ricupero (2017), o próprio financiamento do projeto, pelas despesas e pelo déficits era feito por meio da emissão de papel-moeda, contribuindo assim, para o aumento da inflação. O índice saiu de 20% ao ano para 30% a 35% no final do governo JK (Ricupero, 2017).

Além disso, os gastos com o Plano aumentaram a dívida externa do país, saindo de US\$ 2 bilhões ao fim de 1955 para US\$ 2,7 em 1960 (Ricupero, 2017). Soma-se a isso a questão do café. Principal produto da pauta de exportações brasileiras, o café esteve em alta entre 1951 e 1953. Contudo, sua participação no valor total das exportações durante o quinquênio do governo JK foi reduzida em 13% (69% em 1956 e 56% em 1960). Além disso, a política cambial era mais favorável às importações, a exemplo da Instrução 113 da Sumoc, o que contribuiu para déficits no balanço de pagamentos (Almeida, 2007; Abreu, 2013).

Para tentar contornar os problemas, em 1958 foi elaborado por Lucas Lopes, ministro da Fazenda, e Roberto Campos, presidente do BNDE, o “Programa de Estabilização Monetária”. Ele previa a contenção dos gastos públicos e do crédito com o objetivo de controlar a inflação. Para tal, era necessário o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), também para a concessão de um empréstimo de US\$ 300 milhões por parte dos Estados Unidos (Abreu, 2013; Ricupero, 2017).

Contudo, desavenças entre JK e o FMI no que diz respeito ao Programa, levaram ao seu fim em 1959. As recomendações propostas pelo Fundo condiziam com as de Lopes e Campos, ou seja, reforma cambial, para conter a inflação e política de restrição de crédito. Entretanto, o presidente sustentava que essas propostas iam de contra seu Plano de Metas e o desenvolvimento econômico do Brasil calcado na industrialização (Silva, 1992; Abreu, 2013).

Apesar dos problemas econômicos, Lafer (1975) considera o Plano de Metas um sucesso no tange à formulação e implementação de planejamento governamental. Grande parte das metas estabelecidas no Plano foram atingidas ao final do quinquênio, com destaque para a construção de rodovias, o refinamento de petróleo e o setor da indústria automobilística.

2.4 A OPERAÇÃO PAN-AMERICANA E A ‘DIPLOMACIA DO DESENVOLVIMENTO’

O projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, manifestado na política doméstica por meio do Plano de Metas, também apresentou reflexos na Política Externa Brasileira. Nesse sentido, ressalta-se a relação entre as faces interna e externa da política. Como mostra Celso Lafer (2014), a partir da década de 30 do século XX, a PEB em prol do desenvolvimento passou a ser guiada por duas orientações basilares: a busca por um espaço de autonomia, no sentido de encontrar internamente as soluções para os problemas do país e a identificação dos recursos externos que podem ser mobilizados para atender as necessidades nacionais, nesse caso, o desenvolvimento.

Ainda nessa linha, a PEB do governo JK se insere dentro do que o professor Amado Cervo (2003) caracterizou como “paradigma do Estado desenvolvimentista”. Um paradigma abarca uma forma de elaboração política e da percepção de interesses, é como a política externa é posta em prática. Dentro disso, “os países abrigam sempre suas políticas exteriores e seu modelo de inserção internacional dentro de paradigmas” (Cervo, 2003, p. 8).

Assim, o tal paradigma tem como principais características: o desenvolvimento associado à expansão industrial; o realismo de conduta e a autonomia decisória para a realização de ganhos mútuos nas relações exteriores. Dessa forma, o desenvolvimento passa a ser o guia para a formulação e execução da política externa do Brasil (Cervo, 2003). Além disso, em consonância com o modelo proposto pelo ISEB, o Estado se comporta como um Estado empresário que busca alternativas para o desenvolvimento mediante a superação de dependências e assimetrias no sistema internacional (Cervo, 2002).

Diante da incorporação do nacional-desenvolvimentismo na política exterior do governo JK, ou na “Diplomacia do Desenvolvimento” (Ricupero, 2017) destaca-se a organização da Operação Pan-Americana em 1958. A OPA se constituiu como um programa de assistência ao desenvolvimento, proposto aos Estados Unidos pelo governo brasileiro. Ainda, a operação almejava a captação de recursos não só para o Brasil, como para toda a América Latina (Silva, 1992). À vista disso, segundo Lafer (2014):

A OPA teve a dimensão simbólica, no plano dos valores, de colocar inequivocamente a diplomacia brasileira a serviço do desenvolvimento de forma muito convergente com o sentido de direção que norteou a presidência de Juscelino Kubitschek (‘50 anos em 5’) (Lafer, 2014, p.95).

Como exposto no início do capítulo, a conjuntura internacional durante o governo JK foi de mudanças no jogo da bipolaridade da Guerra Fria. O início de uma política de

assistência econômica destinada aos países desenvolvidos pela União Soviética de Nikita Khrushchev e mudanças nas prioridades da política externa dos Estados Unidos, com a América Latina renegada. Nessa dinâmica, tem-se então o alinhamento do governo brasileiro à “causa ocidental” e a sustentação da solidariedade política aos EUA. Há ainda a preocupação com o subdesenvolvimento ser uma porta de entrada para o comunismo nos países latino-americanos, sobretudo devido aos programas elaborados pela URSS (Silva, 1992).

Além da vinculação ao projeto nacional-desenvolvimentista de JK, o evento crítico para a concepção da OPA foi a visita do vice-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, à América Latina, na qual foi alvo de fortes manifestações de contestação à política estadunidense. Apesar de Nixon não ter visitado o Brasil, o episódio despertou a atenção de Kubitschek (Bueno, 2011; Ricupero, 2017).

Motivado pelo ideário pan-americanista, JK decidiu fazer uso da diplomacia presidencial³ ao enviar uma carta ao presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, propondo a atualização dos termos da relação entre os ianques e a América Latina a partir da cooperação econômica (Silva, 1992; Bueno, 2011). Segundo Bueno (2011), essa cooperação reforçaria o pan-americanismo e a saída da população latino-americana do estado de miséria, contribuiria para o distanciamento de “ideologias estranhas”, isto é, do comunismo.

Para o lançamento da concepção da OPA, em 20 de junho de 1958, em discurso à nação brasileira e aos representantes diplomáticos de Estados americanos no Rio de Janeiro, o presidente Juscelino Kubitschek comentou:

Consentir que se alastre o empobrecimento neste Hemisfério é enfraquecer a causa ocidental. Não recuperar, para um nível de vida compatível com os foros da dignidade humana, criaturas que englobamos na denominação de povos irmãos, é semear males em terreno propício para as mais perigosas germinações (Brasil, 1958a, p.247).

Com a OPA, esperava-se a aplicação de investimentos em regiões mais necessitadas, o aumento do crédito emitido por instituições financeiras internacionais, incremento do número de programas de assistência técnica, além do fortalecimento das economias nacionais dos países latino-americanos (Bueno, 2011). Como resultado para a proposta lançada por JK, foi criado o Comitê dos 21. Vinculado à Organização dos Estados Americanos e formado por

³ A diplomacia presidencial é caracterizada pela participação direta dos presidentes das atividades concernentes à diplomacia. Exemplos de instrumentos utilizados são as viagens internacionais e a busca por cooperação e investimentos externos (Danese, 2017)

representantes de 21 países americanos, tinha o intuito de dar continuidade aos objetivos estabelecidos para a OPA (Silva, 1992).

O principal e mais concreto resultado da OPA foi o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cuja criação foi apoiada pelo governo dos Estados Unidos. Diante disso, a função designada ao BID era de financiamento e assistência técnica aos países americanos. Todo o processo foi marcado por divergências entre EUA e os latino-americanos, em especial quanto ao tipo de contribuição que cada um seria responsável (Silva, 1992; Ricupero, 2017).

Na verdade, o comprometimento do governo estadunidense com a OPA só se concretizou na última reunião do Comitê dos 21, com a assinatura da Ata de Bogotá. Após preocupações decorrentes da possível influência da Revolução Cubana em outros países da América Latina, os EUA afirmaram a intenção em contribuir com um fundo de cerca de US\$ 600 milhões para programas de desenvolvimento social no continente (Silva, 1992).

Para além da OPA, a política externa durante o governo JK também direcionou alguns esforços para o relacionamento com a América do Sul. Foram assinados acordos de cooperação com o Paraguai, para a construção da Ponte da Amizade integrando os dois países. E os acordos de Roboré com a Bolívia, para a exploração do petróleo boliviano por empresas do Brasil. Ademais, em 1960 foi estabelecida a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, a partir do Tratado de Montevidéu, com o propósito de expandir o comércio entre os membros (Bueno, 2011; Ricupero, 2017).

3. 'IL BRASILE GUARDA ALL'EUROPA': A ITÁLIA NO PROJETO DA POLÍTICA EXTERNA DESENVOLVIMENTISTA DE KUBITSCHKE

3.1 OS CONTATOS INICIAIS

Após o estremecimento nas relações ítalo-brasileiras, provocado pelo rompimento de Getúlio Vargas com o Eixo e o envio da FEB para a Itália, essas foram restabelecidas a partir da Declaração de Amizade e Cooperação, firmada em outubro de 1949. Isso posto, os esforços diplomáticos ficaram concentrados inicialmente na resolução de questões relacionadas às pendências da guerra, sobretudo pelos danos causados aos brasileiros envolvidos no conflito, à cooperação econômica e ao restabelecimento dos vínculos político-culturais. Ainda assim, mesmo com o retorno da regularidade do relacionamento entre os dois países, a diplomacia em prol da cooperação se intensificou com os governos de Juscelino Kubitschek e Giovanni Gronchi (Cervo, 2011).

Para o entendimento do rumo tomado no relacionamento bilateral, faz-se necessário apresentar o governo italiano e as diretrizes de sua política exterior. O presidente Giovanni Gronchi, do partido Democrazia Cristiana, foi eleito em 1955 para um mandato de sete anos. Considerado como mais inclinado à esquerda, o governo Gronchi tinha por objetivos a integração e recuperação europeia, bem como a redução do desemprego e da miséria na Itália (Giacone, 2018).

Já no que tange à política externa, inicialmente a orientação do primeiro-ministro⁴ Antonio Segni e do ministro das Relações Exteriores Gaetano Martino, privilegiava a valorização do papel do país europeu na política internacional, marcada pela bipolaridade recém instaurada pela Guerra Fria. O fortalecimento da posição da Itália no sistema internacional se daria também pela mediação em questões envolvendo interesses das duas potências hegemônicas e pelo estabelecimento de uma política de maior destaque para o Oriente Médio e o norte do continente africano (Giacone, 2018).

Além disso, as ações de política internacional da Itália refletiam o compromisso estabelecido com o Ocidente desde a entrada do país para a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em abril de 1949. Contudo, as posições de Gronchi acerca do foco

⁴ O sistema de governo italiano é a República Parlamentar, na qual o Chefe de Governo (primeiro-ministro) é nomeado pelo Chefe de Estado (presidente). As relações diplomáticas e internacionais ficam a cargo do Presidente (Itália, s.d.)

da organização iam de contra o posicionamento dos Estados Unidos. Para o presidente italiano, aspectos econômicos e sociais da cooperação deveriam ser privilegiados em detrimento de questões militares. É importante destacar que quando Presidente da Câmara, Gronchi fazia oposição à adesão italiana ao Tratado Atlântico e defendia a neutralidade diante da bipolaridade (Cacace; Mammarella, 2006; Giacone, 2018).

Como exposto no capítulo anterior, as mudanças no contexto internacional também levaram à alterações na política externa brasileira. Com a intenção de definir um plano econômico e a incorporação da ideologia nacional-desenvolvimentista, era preciso apresentar o projeto de JK às outras nações. Diante disso, a primeira ação do presidente brasileiro dentro das relações com a Itália foi uma viagem para Roma, ainda antes da posse em janeiro de 1956 (Cervo, 2011).

Em território italiano, Juscelino foi recebido por membros do governo como o primeiro-ministro Segni, o presidente Gronchi, o ministro da Defesa, Paolo Tavini e o prefeito de Roma, Salvatore Rebecchini (Istituto Luce, 2012a). Durante a passagem, JK se encontrou com o ministro do Orçamento, Ezio Vanoni e outras personalidades do mundo econômico e financeiro, oportunidade utilizada para a apresentação de seu plano de desenvolvimento econômico. Além disso, o novo presidente do Brasil aproveitou para visitar a embaixada em Roma, o Vaticano e o cemitério de guerra em Pistoia. Antes do retorno à América do Sul, JK proclamou que seguramente as relações históricas entre os dois países se fortaleceram com os encontros promovidos (Cervo, 2011; Istituto Luce, 2012b).

No conjunto da política externa, as visitas se constituíram como uma marca da diplomacia presidencial de Juscelino Kubitschek. Como aponta Sérgio Danese (2017), as viagens internacionais são um elemento importante para o estabelecimento e consolidação das relações com outros Estados, bem como de projeção da imagem do país no exterior. Mesmo antes da posse, como presidente eleito, JK fez uso desse instrumento diplomático para mostrar que o Brasil estava aberto ao capital estrangeiro e à cooperação internacional, em prol do desenvolvimento econômico nacional (Oliveira, 1957 *apud* Danese, 2017).

Diante disso, como resultado da passagem de Juscelino na “terra da bota”, em abril de 1956 foram assinados pelo chanceler brasileiro José de Macedo Soares seis atos bilaterais (Cervo, 2011). Entre notas e ajustes, englobavam questões de intercâmbio comercial, bilateral e multilateral, regulamentação de pagamentos e das moedas utilizadas, controle do trânsito de mercadorias e cooperação econômica. Um dos resultados dessa aproximação ítalo-brasileira foi a criação de uma Comissão Mista para o monitoramento das relações comerciais, incluindo a elaboração de propostas de fomento ao comércio e vistoria de pedidos de

prorrogação de licenças de importação de máquinas e equipamentos provenientes da Itália⁵ (Brasil, 1956b).

Ainda, para as questões de cooperação, foi firmado o “Ajuste sobre Cooperação Econômica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a República Italiana”. O chanceler Macedo Soares e o Presidente da Delegação Econômica Italiana, Luigi Attilio Iaschi, concordaram assim como nos outros atos, em intensificar as relações econômicas ítalo-brasileiras. Nesse ajuste, ficou explicitado o desejo da Itália em “contribuir para o desenvolvimento da economia brasileira, sobretudo no que concerne à exploração de seus recursos e ao incremento de suas possibilidades de produção” (Brasil, 1956c, p. 2).

Foram estabelecidas bases para o fornecimento de bens de produção, em relação a prazos e créditos. Ademais, o ajuste assinalou o comprometimento do governo da Itália em fornecer assistência técnica ao Brasil, por meio de equipamento para as indústrias e o aperfeiçoamento da agricultura, transportes e turismo, além do envio de técnicos italianos para território brasileiro. O destaque do texto foi a constituição da “Comissão Mista de Desenvolvimento Econômico”, integrada por representantes e técnicos de ambos os países. A Comissão foi criada com o propósito de submeter recomendações sobre a execução de projetos, ao número de investimentos e às formas de pagamento (MRE, 1956b).

Os atos internacionais acordados entre Brasil e Itália em 1956 refletem os anseios da política externa desenvolvimentista de JK, ao servirem como instrumento de garantia de apoio estrangeiro para o progresso da indústria e o fomento do comércio. Cervo (2003) nos mostra que a política exterior guiada pelo paradigma do Estado desenvolvimentista busca nas relações com outros países o atendimento das necessidades internas, mediante cooperação, política de comércio flexível e acesso à ciência e tecnologia externas.

De forma geral, a viagem de Juscelino à Itália e a assinatura dos documentos em prol do comércio e do desenvolvimento econômico fazem parte de um quadro mais amplo das políticas interna e externa do governo brasileiro. Com o Plano de Metas já estabelecido e o projeto nacional-desenvolvimentista definido, em mensagem ao Congresso Nacional, o presidente do Brasil proclamou:

As visitas que fiz, como Presidente eleito, a Nações da América e da Europa, os entendimentos que então tive com Chefes de Estado e com personalidades da finança, da indústria e do comércio, a par de minha inflexível determinação de assegurar ao Brasil um ambiente de paz e de trabalho, geraram confiança e nos trouxeram valiosa cooperação econômica. Afluíram capitais, indústrias se transferiram para o País, incentivaram-se as trocas do comércio externo, com os

⁵ Disposto no Ajuste de Pagamentos e Comércio e Documentos Anexos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana, de 30 de abril de 1956. Esse e os outros atos estão disponíveis na plataforma “Concórdia - Acervo de Atos Internacionais do Brasil”, do Itamaraty.

mais benéficos efeitos sobre a atividade econômica em geral (Brasil, 1957a, p. 16-17).

Contudo, apesar dos esforços iniciais, o intercâmbio comercial entre Brasil e Itália não foi intensificado com os ajustes de 1956. Em comparação ao ano anterior, houve uma queda de cerca de 31,7% no valor total das exportações e 40% nas importações (IBGE, 1990)⁶.

3.2 A COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPEIA E O DESCONFORTO BRASILEIRO

A Comunidade Econômica Europeia foi criada em 1957, a partir dos esforços da França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, ou a “Europa dos Seis”. O processo integrativo da CEE teve por objetivo a criação de um mercado comum, por meio de união aduaneira, permitindo assim a livre circulação de bens, serviços, pessoas e capital. Dessa forma, dotava o ocidente europeu de maior dinamicidade e competitividade na política internacional (Pecequillo, 2014).

A participação italiana no projeto atendia aos interesses do presidente Gronchi de integração europeia, após os efeitos negativos gerados pela guerra (Giacone, 2018). Além disso, o fortalecimento do continente como unidade, era percebido como um caminho para a projeção internacional da Itália e a criação de instituições europeias para suprir as necessidades da comunidade (Bedeschi, 2007).

Mesmo não tendo participado diretamente das negociações e discordando de pontos acordados durante o processo, como à associação da Argélia, as posições de Gronchi eram carregadas de teor europeísta. O presidente acreditava no potencial da CEE na defesa do Ocidente, unindo forças à OTAN (Giacone, 2018).

A inquietude italiana também girava em torno da capacidade de influência da URSS, evidenciada pela Crise de Suez⁷ (Giacone, 2018). Diante do contexto de disputa ideológica e da necessidade ocidental de se colocar em defesa da democracia como resposta aos problemas mundiais, em mensagem ao Congresso Europeu em junho de 1957, Giovanni Gronchi enfatizou a importância de uma Europa unida:

Dessa constatação decorre a necessidade, na qual instinto, de realizar o mais rápido possível a integração política da Europa. A integração econômica é de grande importância, assim como os regimes especiais nos vários setores, mas a Europa não

⁶ Consultar Tabela 3

⁷ A Crise de Suez teve início em outubro de 1956 e marcou um conflito entre Israel, França e Reino Unido e o Egito de Gamal Abdel Nasser, pelo acesso ao Canal de Suez após a política egípcia de nacionalização. Nesse contexto, a participação soviética se deu pelo apoio à Nasser, com armamentos e assistência técnica (Dalcin; Chiele, 2017).

será Europa e não vai mais importar no mundo até que tenha adquirido a unidade política, ou seja, até que tenha alcançado uma forma de perceber, ao menos em linhas gerais, os problemas do mundo de maneira unânime (Itália, 1957, tradução nossa).⁸

Ao mesmo tempo em que a Itália se entusiasmava com o processo integrativo europeu, cresciam as preocupações no outro lado do Atlântico. Para o governo brasileiro, a CEE significava um empecilho para sua inserção no comércio internacional diante da zona preferencial, que favorecia as exportações de produtos vindos dos territórios ultramarinos, em especial o café (Lessa, 1998; Vizentini, 2006). O desconforto gerado foi expresso no Relatório do MRE de 1957:

Desde que seis países da Europa Ocidental, a saber, França, Itália, República Federal da Alemanha, Países-Baixos, Bélgica e Luxemburgo, decidiram, iniciar negociações com o fim de constituir um mercado comum que lhes permitisse maior integração econômica e comercial, o Governo, através de seus órgãos especializados, deu toda a atenção ao andamento do assunto, para precaver-se contra possíveis consequências nocivas ao comércio exterior brasileiro que daí pudessem resultar (Brasil, 1957b, p. 187).

Ainda, o debate, que era compartilhado por outras nações latino-americanas, foi levado pela Delegação Brasileira à XX Reunião das Partes Contratantes ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio, em Genebra.

Em suas intervenções, a Delegação brasileira ressaltou que, embora compreendesse e louvasse a integração econômica das seis nações européias, manifestava-se radicalmente contrária a que essa integração se fizesse em detrimento da economia de países menos desenvolvidos. Acentuaram ainda os delegados brasileiros que, sobre caracterizar-se pela criação de uma zona preferencial que tornaria ainda menos competitivas as pautas exportadoras de alguns países, o Tratado de Roma teria reflexos da maior gravidade nas relações de intercâmbio de economias, como a brasileira, com a dos países altamente desenvolvidos integrantes do Mercado Comum e também com as economias não autônomas a ele associadas (Brasil, 1957b, p.188).

Diante das preocupações com os efeitos negativos para o comércio dos produtos nacionais, o governo de JK, se utilizando da diplomacia, recorreu à Itália para encontrar na histórica relação, uma ponte para representação de seus interesses frente à Europa recém integrada. Para aliviar a agitação brasileira, o chanceler italiano Giuseppe Pella assegurou que a CEE e o mercado comum em nada afetariam a cooperação econômica entre os dois países,

⁸ No original: “Da questa constatazione discende la necessità, sulla quale insisto, per rendere più rapida possibile l'integrazione politica dell'Europa. L'integrazione economica ha una grande importanza, e così pure gli accordi particolari nei vari settori, ma l'Europa non sarà Europa e non conterà di nuovo nel mondo fino a che essa non avrà acquistato l'unità politica, cioè fino a che non avrà raggiunto un modo di vedere, almeno nelle linee generali, concorde di fronte ai problemi del mondo”.

nem o número de investimentos. Nesse sentido, o discurso construído pela Itália apelava para a facilitação do contato não só do Brasil como de toda a América Latina, com a comunidade europeia (Cervo, 2011).

De um lado, a necessidade de dar continuidade ao projeto de desenvolvimento econômico, do outro, o anseio de se fortalecer como ator internacional por meio da integração regional e pela aproximação da OTAN. Para conectar as vontades, os italianos viam no histórico das relações bilaterais com o Brasil, fomentadas pelas semelhanças culturais sobretudo devido ao fator latino, uma forma de fortalecer os vínculos previamente estabelecidos (Cervo, 2011).

3.3 A VIAGEM DE GRONCHI AO BRASIL E A ‘CAUSA OCIDENTAL’

O ano de 1958 foi marcante para o relacionamento ítalo-brasileiro. As mudanças na política externa italiana levaram a ações mais concretas em termos de relações para com a América Latina. Ao mesmo tempo em que a diplomacia de JK buscava reforços externos para o projeto nacional-desenvolvimentista, como a exemplo do lançamento da Operação Pan-Americana.

O novo direcionamento dado à política exterior da Itália foi proposto pelo chanceler Pella em 1957. O “neatlantismo”, como foi denominado, tinha como principal objetivo a autonomia decisória, bem como propiciar um papel italiano mais ativo no bloco ocidental. A política foi continuada pelo novo chanceler, Amintore Fanfani, que assumiu o ministério em julho de 1958. Além da diplomacia, Fanfani foi escolhido para ocupar o cargo de primeiro-ministro (Salacone, 2009).

Nessa linha, o neatlantismo de Fanfani propunha a transformação da Itália em potência mediterrânea, especialmente por meio da busca por papel de destaque no Ocidente e pela proposição de soluções para os problemas mundiais, em áreas marginalizadas pelas outras potências ocidentais. Assim sendo, a diplomacia italiana orientou seus esforços para o diálogo com os países do bloco socialista, inclusive a URSS, e a incorporação de novas zonas de influência, com foco no Oriente Médio (Serri, 2009).

Outro fator importante para a política externa italiana em 1958 é que o chanceler Fanfani e o presidente Gronchi ambos compunham o quadro político do partido Democrazia Cristiana. Diante disso, mesmo com o incentivo ao diálogo com os países soviéticos, os valores adotados não contrariavam a participação e colaboração da Itália com a OTAN ao

propor a busca pela paz e solidariedade, orientada pelo cristianismo. Seguindo tais princípios, estimava-se o desenvolvimento de outras nações ocidentais (Serri, 2009; Artuso, 2016).

Como parte do projeto italiano de fortalecer sua posição no tabuleiro da política internacional e de fornecer apoio aos países alinhados ao Ocidente, o presidente Giovanni Gronchi realizou uma viagem para o Brasil em setembro de 1958. O intuito era esclarecer os objetivos, políticos e econômicos, da Itália no gigante sul-americano e fortalecer os laços, dando seguimento ao avanço realizado quando da visita de JK a Roma, em 1956 (Cervo, 2011).

Apesar das relações entre Brasil e Itália antecederem a década de 1950, Gronchi foi o primeiro Chefe de Estado italiano a visitar a América Latina. A estadia do presidente durou dez dias - de 4 a 14 de setembro (Giacone, 2018).

Já nos primeiros dias da visita, o presidente italiano foi recebido no Rio de Janeiro com uma salva de 21 tiros. Encontrou com Juscelino Kubitschek na Baía da Guanabara e posteriormente seguiram em cortejo pela Avenida Rio Branco, sendo homenageados com as bandeiras da Itália e do Brasil, celebrando os tradicionais laços de amizade. Na ocasião, Gronchi endossou uma das linhas mestras da política exterior italiana ao proclamar: “Precisamos intensificar a cooperação para melhor convivência entre nossos dois povos tradicionalmente **amantes da paz**” (Calorosa..., 1958, p. 2, grifo nosso).

Para simbolizar e reforçar as relações bilaterais, foi oferecido ao presidente Gronchi e sua esposa, um banquete no Itamaraty em 5 de setembro. JK aproveitou a oportunidade para apresentar ao Chefe de Estado italiano a aspiração desenvolvimentista do Brasil. Em discurso, enfatizou o alinhamento do país com a “causa ocidental”, potencializado pela latinidade herdada de Portugal. Reforçava ainda a valorização da liberdade e do progresso (Brasil, 1958b, p. 314-315).

A alegação de fazer parte dessa causa ocidental foi relacionada à necessidade brasileira de receber atualizações sobre a forma como as outras nações parte do bloco realizavam suas ações, bem como de participar ativamente delas.

(...) [É] um direito que nos assiste - e que ninguém nos pode recusar, o de podermos contribuir com o que julgamos mais útil para a causa a que pertencemos. Somos um país que principia a **desenvolver-se** e cujas dimensões geográficas e riquezas naturais terão como consequência um destino correspondente (Brasil, 1958b, p. 315-316, grifo nosso).

Chamou atenção ainda para o projeto de combate ao subdesenvolvimento, para fortalecimento da América Latina, ao destacar a necessidade de maior pragmatismo político

para que a causa do Ocidente não se limitasse à uma doutrina e como consequência, restrita ao campo das ideias. Era preciso, portanto, se “(...) dedicar à cura de um mal que está na raiz de todos os outros, o **mal do subdesenvolvimento**” (Brasil, 1958b, p. 316-317, grifo nosso)

E diante do engajamento italiano com tal causa, apontou para o papel da Itália nesse processo de busca pelo desenvolvimento econômico brasileiro, dado à importância dos tradicionais parceiros visto que são “(...) ao mesmo tempo criadores de beleza e detentores de poder técnico, artistas e sábios, engenhosos e fortes no afrontar os problemas concretos” (Brasil, 1958b, p. 318)

Após o encontro no palácio do Itamaraty e tendo sido reforçada a ideologia nacional-desenvolvimentista no discurso presidencial, em 6 de setembro, na presença de JK e Gronchi foram assinados cinco acordos pelo chanceler brasileiro Negrão de Lima e o Ministro do Orçamento e Programação Econômica da Itália, Giuseppe Medici (figura 1).

Os acordos foram: Acordo Cultural, Convênio para a Constituição de um Centro de Estudos sobre a Agricultura Brasileira, Acordo sobre Serviço Militar, Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais e Acordo de Cooperação para o Uso Pacífico da Energia Nuclear (Brasil, 1958c, 1958d, 1958e, 1958f, 1958g).

Figura 1 - Momento da assinatura dos acordos de 6 de setembro de 1958.



Fonte: A Itália..., 1958, p. 43.

As negociações foram em prol da difusão da cultura pelo estabelecimento de instituições para ensino da língua e literatura de ambos os países. Como também para o reconhecimento e documentação da agricultura brasileira, seus problemas e impactos no desenvolvimento econômico e equivalência dos serviços militares prestados para posterior dispensa no país de origem. Ademais, foi acordada a isenção de visto para entrada em território italiano ou brasileiro para aqueles com passaporte diplomático, ainda que não significasse que as leis e regulamentos para o ingresso não deveriam ser respeitados (Brasil, 1958c, 1958d, 1958e, 1958f).

Além dos aspectos mencionados, entre os acordos de 6 de setembro de 1958 destaca-se o de “Cooperação para o Uso Pacífico da Energia Nuclear”, dado que sua relação direta com o Plano de Metas torna evidente a dinâmica entre as políticas interna e externa brasileiras. A Meta 2, referente à energia nuclear, objetivava a implementação de uma indústria integrada para a exploração de fonte nuclear voltada à produção de energia, fundamental para outros setores, como as demais indústrias, a agricultura e a medicina (Brasil, 1959a).

Sendo assim, para o atendimento de tal meta, a partir do acordo Brasil e Itália estabeleceram as bases para a classificação de materiais nucleares, troca de informações pertinentes ao uso pacífico da energia nuclear e aos possíveis problemas de segurança e saúde por ela provocados. Para mais, o comprometimento mútuo com a prestação de assistência em pesquisa científica e técnica, bem como para o intercâmbio de técnicos e pesquisadores para capacitação por meio de aulas e seminários (Brasil, 1958g). O produto da cooperação técnica foi vinculado à Meta 2 e exposto no documento de atualização do “Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico” publicado em setembro de 1959 (Brasil, 1959a).

É importante destacar que, diante da assinatura deste acordo de cooperação foi levantada a questão da participação da Itália na Euratom. O país era membro desde 1957 quando foi estabelecida junto à CEE, que já era alvo de preocupações brasileiras. Diante desse cenário, o intercâmbio de informações foi condicionado à aprovação da Euratom, visto que algumas delas não poderiam ser compartilhadas com outros países que não seus próprios membros (Brasil, 1958g).

Tendo isso em conta, foi recomendado por Medici a Negrão de Lima, que o governo brasileiro buscasse firmar acordo com a Euratom, assegurando apoio italiano nas negociações. Mais adiante, a Comunidade Europeia expressou desejo em dar seguimento a esse processo. Contudo, como destacado por Cervo (2011), a Euratom na verdade dificultou a cooperação ao bloquear a transferência de tecnologia e de conhecimento para não-membros. Diante dos

obstáculos, o Acordo Nuclear somente entrou em vigor em abril de 1963, pelo governo João Goulart, quase cinco anos depois (Brasil, 1963).

Frente ao fomento do relacionamento ítalo-brasileiro, havia mesmo o que celebrar. Para isso, foi oferecido no Palácio das Laranjeiras mais um banquete ao presidente Gronchi. Em discurso, JK celebrou os avanços realizados e mais uma vez enfatizou a união em prol do Ocidente:

Os resultados da visita de Vossa Excelência ao Brasil já são tão visíveis que dispensam quaisquer comentários. Vossa Excelência realizou, nestes poucos dias, o que parecia feito impossível: acrescentou algo a mais às relações entre os nossos dois países. Não será senão constatar uma realidade facilmente verificável ao afirmar que, desta vinda de Vossa Excelência ao Brasil, resulta mais firme e mais mítica a conceituação da **causa do Ocidente** (Brasil, 1958h, p. 326, grifo nosso).

A política externa do Estado desenvolvimentista já se engajava em busca de recursos externos com os Estados Unidos, mediante o lançamento da OPA no primeiro semestre de 1958. O mesmo discurso de apelo à causa ocidental e a urgência em pôr fim ao subdesenvolvimento foi utilizado nos encontros com o Chefe de Estado italiano. Nesse sentido, JK tentava ampliar com a Itália as possibilidades de parcerias para contribuir com seu projeto de Brasil potência.

Finalizada a visita ao Rio de Janeiro, Gronchi foi levado ao grande empreendimento da política de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas: a Meta Síntese. A construção de Brasília e a transferência da capital eram símbolos do projeto de desenvolvimento brasileiro. Logo, em fins de fortalecer o prestígio internacional e a imagem do país, JK e sua diplomacia se aproveitavam das visitas realizadas por outros presidentes para fazer propaganda da cidade planejada (Danese, 2017).

Com Giovanni Gronchi não foi diferente. O italiano, junto à primeira-dama Carla Gronchi, desembarcou em Brasília depois de quatro dias no Rio. Lá, foi recebido por ministros, diplomatas e militares (Figura 2). E para simbolizar os laços de amizade entre as duas nações, Gronchi plantou na região do Planalto um cipreste, típico de sua Pátria, representando a imortalidade e a eternidade das relações (Itália, 2022).

Parte das cerimônias de recepção em Brasília incluía o lançamento da pedra fundamental das embaixadas (Danese, 2017). Assim, foi entregue ao governo italiano o lote do terreno para a construção da nova sede de sua representação no Brasil (Figura 3). Na nova capital, Gronchi ficou encantado com a dimensão do empreendimento encabeçado pelo Estado brasileiro, chegou até mesmo a comparar com a “monumentalidade de Roma” (Itália, 2022, p. 45). O objetivo de JK havia sido atingido.

Figura 2 - Chegada de Gronchi à Brasília



Fonte: Itália, 2022, p. 32

Figura 3 - Cerimônia de entrega do terreno para a construção da nova embaixada da Itália no Brasil



Fonte: Itália, 2022, p. 36

Além de Brasília e Rio de Janeiro, o presidente italiano também passou por São Paulo, Porto Alegre e Caxias do Sul, aproveitando para prestar homenagem aos imigrantes e

descendentes de italianos (Itália, 2022). Dentre essas visitas, dá-se especial atenção à São Paulo, onde foi firmado o último acordo bilateral de 1958: A Declaração de São Paulo (Brasil, 1958i). Assinada em 10 de setembro de 1958 (Figura 4) e talvez por coincidência, no mesmo dia em que Gronchi comemorava seu aniversário.

No documento, é enfatizado o interesse no fortalecimento das relações bilaterais, atendendo aos objetivos comuns e individuais de cada parte. Novamente o discurso alinhado ao bloco ocidental é levantado, na necessidade de em meio à crise internacional, concernente à Guerra Fria e à disputa bipolar, encontrar formas pacíficas de resolução dos problemas mundiais (Brasil, 1958i).

Sob influência da “concepção cristã da vida”, para superar a crise foi acertado o compromisso de subordinação e respeito aos seguintes princípios: direito aos povos à independência; o exercício de direitos políticos e civis e a necessidade de uma justiça capaz de propor a distribuição da riqueza de maneira igualitária (Brasil, 1958i).

Tais princípios são as premissas imprescindíveis de uma **democracia efetiva** e de uma **convivência internacional pacífica**, uma vez que determinam uma orientação coerente de **progresso social** em cada país e uma colaboração solidária dos países mais ricos e poderosos com aqueles que ainda não alcançaram um grau de **desenvolvimento** adequado às necessidades essenciais dos seus povos (Brasil, 1958i, p. 1, grifo nosso).

A Declaração lembrou ainda o histórico de colaboração entre Brasil e Itália, especialmente pelo contingente de imigrantes italianos na cidade de São Paulo, e serviu como instrumento para chamada às outras nações da América Latina e também da Europa para adesão desses princípios morais. Assim, seria possível “(...) definir, concreta e progressivamente, as linhas de uma ação comum tendente a contribuir para a solução dos dramáticos contrastes que põem em perigo o desenvolvimento ordenado da vida livre de muitos países e a paz do mundo” (Brasil, 1958i, p.2).

Como resultado da Declaração de São Paulo e dos outros acordos bilaterais de 1958, a atenção da Itália com o desenvolvimento econômico brasileiro foi reafirmada pela aprovação para envio de missões econômicas ao Brasil. Uma das missões foi estabelecida para o envio de industriais à Conferência dos Investimentos, realizada em Minas Gerais. A outra, constituída por especialidades nas áreas econômica e financeira, objetivava a observação dos planos para o desenvolvimento e as possibilidades de colaboração italiana (Cervo, 2011; Giaccone, 2018).

Figura 4 - O presidente Juscelino Kubitschek assinando a Declaração de São Paulo



Fonte: A Itália..., 1958, p. 48.

A notícia do compromisso firmado entre Gronchi e JK atravessou o Atlântico e suscitou debates na política interna italiana. Na 20ª sessão no Senado, realizada quatro dias após o retorno do presidente à Itália, questões acerca da importância da assinatura da Declaração de São Paulo e da parceria com o Brasil foram levantadas. A exemplo do posicionamento do senador Lando Ferretti, do partido Movimento Sociale Italiano. Ele enxergava na aproximação entre os dois países a partir da viagem de Gronchi, uma forma de restabelecer os laços com a comunidade italiana situada no Brasil, bem como integrar as repúblicas latinas da América com as da Europa (Itália, 1958).

Contudo, se preocupava com a recepção da política brasileira, interna e externa, pelos outros países da região e com a opinião dos Estados Unidos, já que para ele, a investida do presidente Gronchi no Brasil poderia ser entendida como uma ruptura da Doutrina Monroe, de América para os americanos. Além disso, questionava também a relevância de se intensificar a relação bilateral, pelo poder da moeda nacional e pelas possibilidades de trocas comerciais para além do café (Itália, 1958).

Em contrapartida, o senador Giacomo Pellegrini, do Partito Comunista Italiano, demonstrou apreço pela viagem do presidente. E diante da perda de poder dos EUA na região, pelo benefício em reforçar as relações com o Brasil e com a América Latina em geral, uma vez que o continente estava em meio a um forte processo de desenvolvimento econômico.

Além disso, fez apontamentos para a cobertura das intenções de Gronchi pela mídia. A exemplo do que escreveu o jornal britânico Times, com o título “O Brasil olha para a Europa” (tradução nossa)⁹:

A visita do Presidente Gronchi ao Brasil é uma demonstração da sempre crescente estima que desfruta a Europa entre os Estados da América Latina. Além disso, reforçará ainda mais os laços já existentes entre a Itália e o Brasil, criados principalmente a partir da grande imigração italiana. Hoje toda a América Latina deseja revitalizar seus tradicionais laços com a Europa, enfraquecidos depois da guerra e substituídos pela influência americana. Muitos governos da América Latina são favoráveis ao interesse que a Europa demonstra por eles, também porque contrabalança a sua dependência aos EUA (Il Brasile..., 1958 *apud* Itália, 1958, p. 843-844, tradução nossa)¹⁰

De fato a vinda do presidente Gronchi fazia parte de seu projeto de construção de uma “ponte entre a Itália e os países sul-americanos”¹¹ (Giacone, 2018, p. 175, tradução nossa). Ademais, os interesses da política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, pela busca de ganhos recíprocos nas suas relações exteriores (Cervo, 2003), pareceu encontrar suporte nos objetivos da diplomacia italiana de fortalecimento do seu papel internacional e da propagação dos seus princípios de solidariedade, paz e democracia. Tudo isso em prol da causa ocidental.

3.4 O CASO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

O projeto desenvolvimentista encabeçado pelo governo JK e concretizado pelo Plano de Metas, incluía em seus objetivos a fabricação de veículos em território nacional. A Meta 27, concernente à indústria automobilística foi estabelecida dado que:

Em 1955, não havia fabricação de veículos automóveis no Brasil. As empresas em funcionamento limitavam-se à montagem de veículos, que se importavam desmontados, sem que houvesse obrigatoriedade de aumentar a participação de peças nacionais, cuja fabricação se iniciava, então, no país. No seu programa de metas, o Presidente Kubitschek incluiu a implantação da indústria automobilística no país (Brasil, 1959a, p.166).

⁹ No original: Il Brasile guarda all'Europa

¹⁰ No original: La visita del Presidente Gronchi al Brasile è una dimostrazione della sempre crescente stima che gode l'Europa fra gli Stati dell'America latina. Essa inoltre rafforzerà ancor più i legami già esistenti tra Italia e Brasile, creati soprattutto dalla grande emigrazione italiana. Oggi tutta l'America latina desidera ridare vita ai suoi legami tradizionali con l'Europa, indeboliti dopo la guerra e rimpiazzati dall'influenza americana. Molti governi dell'America latina guardano con molto favore all'interesse che oggi l'Europa appalesa nei loro confronti, anche perché questo interesse controbilancia la loro dipendenza dagli U.S.A.

¹¹ No original: Un ponte tra l'Italia e i paesi sudamericani

Como exposto no capítulo 2, foi criado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), responsável por aprovar leis relacionadas à fabricação de automóveis e distribuir os incentivos fiscais, cambiais e de crédito e estabelecer os níveis de nacionalização da indústria (Abreu, 2013). Diante disso, o governo JK foi fundamental para o avanço do setor automobilístico no país, uma vez que antes do seu Plano de Metas, havia apenas a montagem de veículos a partir de peças importadas (Caputo; Mello, 2009).

Com isso, JK visava a “implantação da indústria automobilística para produzir 170.000 veículos nacionalizados em 1960” (Brasil, 1959a, p. 14). Para tal, o governo brasileiro se aproveitou da Instrução 113 da Sumoc, como instrumento de atração de empresas e capitais estrangeiros. O mecanismo servia como facilitador para a instalação de indústrias automobilísticas no Brasil ao oferecer vantagens com a permissão de importação de máquinas e equipamentos na forma de IED, a partir de taxa de câmbio livre (Caputo; Mello, 2009).

Para ilustrar os efeitos dos mecanismos utilizados, Caputo e Mello (2009) elencaram as principais empresas estrangeiras que se aproveitaram dos benefícios oferecidos pela Instrução 113 e pelo Decreto 42.820 para investimentos no setor de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias em fins da década de 1950 (Tabela 1).

Tabela 1 - Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias Principais Investidores via Instrução 113 e Decreto 42.820 - Entre 1955 e 1963 (Em Milhões de US\$)

(Continua)

Investidor	País de Origem	Valor	(%)
General Motors Corporation	EUA	25,02	13,2
Ford Motor do Brasil S/A	EUA	22,42	11,8
Volkswagenwerk GMBH	Alemanha	14,32	7,6
Willys Motors Inc. e Regie Nationale des Usines Renault	França, Bélgica, Suíça e EUA	13,34	7,0
Robert Bosch G.m.b.H.	Alemanha	12,99	6,9
Fried. Krupp	Alemanha	11,55	6,1
Willys Motors Inc.	EUA	10,30	5,4
Bendix Aviation Corp. e Bendix Westinghouse Automotive Air Brake Company	EUA	8,13	4,3
Aktiebolaget Svenska Kullagerfabriken	Suécia	7,31	3,9
Brasfinaz A.G.	Alemanha e Suíça	6,76	3,6
Société Anonyme Simca	França	6,45	3,4
Não declarado	Alemanha	6,02	3,2

Tabela 1 - Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias Principais Investidores via Instrução 113 e Decreto 42.820 - Entre 1955 e 1963 (Em Milhões de US\$)

International Harvester Co.	EUA	4,58	2,4
Willys Motors Inc. - U.S. Equipment Co. - E.W. Bliss Corp. - Dana Corporation	EUA	4,06	2,1
Clark Equipment International, C.A.	Venezuela e EUA	3,33	1,8
Alfa Romeo S/A	Alemanha e Itália	3,22	1,7
Carl F. W. Borgward G.m.b.H.	Alemanha	2,40	1,3
Ross Gear and Tool Co. Inc.	EUA	2,32	1,2
B.W.I. Panamá Inc.	Panamá e EUA	2,29	1,2
Outros		22,79	12,0
Total		189,61	100,0

Fonte: Caputo; Mello, 2009, p. 530

Entre os investimentos, nota-se o predomínio de empresas dos EUA e da Alemanha. No caso da Itália, a Alfa Romeo S/A, também de origem alemã, representou apenas 1,7% do total dos investimentos, sendo equivalente a US\$ 3,22 milhões (Caputo; Mello, 2009).

No início dos anos 1950, a empresa italiana já participava da montagem de caminhões (Scarzanella, 2020). Ainda, durante o governo Kubitschek foi aprovado pelo GEIA um projeto para a Fábrica Nacional de Automóveis (FNM), o qual incluía a participação da Alfa Romeo na produção de carros de passeio (Belli, 2008). Da relação com o Brasil, foi criada em 1957 por intermédio da família Matarazzo, a Fabral, responsável pela fabricação do Alfa Romeo 2000. Após esforços de JK, a ideia foi levada adiante pelo GEIA e posteriormente, associado à FNM, dado a renúncia dos Matarazzo na condução do projeto (Pedroni, 2019).

Além da Alfa Romeo, chama atenção os investimentos da Société Anonyme Simca, responsável por 6,45% do total (Caputo; Mello, 2009). A Société Industrielle de Mécanique et Carrosserie Automobile (Simca), foi fundada em 1934 pela Fabbrica Italiana Automobili Torino (FIAT), com o intuito de facilitar suas operações na França (Pedroni, 2019).

No Brasil, a FIAT já era conhecida devido à presença de imigrantes vindos de Turim. Ainda no começo do século XX, a empresa supria a marinha brasileira com seus navios e submarinos e com caminhões e tratores utilizados na agricultura, para a produção e transporte de café. Já na década de 1920, foi instituída também pelos Matarazzo, a primeira sociedade voltada para a venda e importação de carros fabricados pela FIAT (Scarzanella, 2020).

Contudo, apesar desse histórico, o relacionamento passou por algumas dificuldades. A exemplo da tentativa da FIAT em 1952 de produzir automóveis e meios de transporte de

mercadorias bloqueada pela burocracia do Banco do Brasil, que se recusou a aumentar os valores para importação de máquinas (Cervo, 2011). Segundo Cervo (2011, p.297), “parecia existir má-fé e animosidade contra a Itália dentro do Banco do Brasil”.

No que diz respeito à diplomacia desenvolvimentista de JK, as investidas para atrair o capital da FIAT ao Brasil foram frustradas. Em 1955, um grupo do GEIA coordenado por Sydney Latini fez visitas à sede da FIAT em Turim, na Itália, e da Simca em Poissy, na França. As intenções giravam em torno da fabricação do Fiat 600 em substituição ao Simca Chambord no país. Contudo, a FIAT não se mostrou atraída pelos incentivos promovidos pela política brasileira nem pela proposta apresentada pelo Grupo Executivo, dado que não apresentou uma resposta concreta sobre seus interesses no país (Scarzanella, 2020).

Diante disso, o GEIA buscou reforçar suas relações com a Simca uma vez que o presidente já havia se comprometido com a empresa, quando durante sua primeira viagem ao continente europeu, conheceu seu funcionamento. Assim, Juscelino Kubitschek propôs aos franceses a participação no atendimento dos objetivos da Meta 27 do seu plano de desenvolvimento econômico, por meio da abertura de uma fábrica em Minas Gerais (Pedroni, 2019; Scarzanella, 2020).

Mesmo com divergências quanto às exigências do GEIA para que até 1960 os veículos fossem produzidos com 90% de elementos produzidos nacionalmente, a Simca do Brasil foi fundada com 50% de capital francês e 50% de capital brasileiro. Quanto à participação da FIAT, sabe-se que a primeira fábrica no Brasil foi aberta em Betim, Minas Gerais em 1973, já durante a ditadura militar (Pedroni, 2019; Scarzanella, 2020).

Contudo, como mostra Pedroni (2019), relatórios do acervo do Centro Storico FIAT indicam a relação da empresa italiana com o projeto de estabelecimento da Simca no Brasil. A influência se deu pela participação da FIAT no desenvolvimento do projeto para a construção da fábrica em Belo Horizonte, Minas Gerais. Além disso, foi enviado também um grupo de industriais da Simca e da FIAT para organizar a implementação das instalações.

De modo geral, o governo JK utilizou a política externa como forma de atender às necessidades internas para acelerar a indústria automobilística, importante para seu plano de desenvolvimento econômico. E também para os objetivos de integração, com a expansão da malha rodoviária nacional associada às metas de transportes. Para isso, se aproveitou do momento internacional de consolidação da CEE e do aumento da competitividade com os EUA (Oliveria, 1972 *apud* Benevides, 1979; Lafer, 1975).

Assim, percebe-se que os avanços alcançados na área política, pela aproximação diplomática e as declarações de comprometimento italiano com o desenvolvimento brasileiro

não implicaram no aumento da captação de recursos externos de empresas originárias da Itália. Entre os principais investidores na fabricação de veículos no Brasil, apesar da participação da Alfa Romeo e da influência da FIAT nos negócios da Simca, ainda assim não podem ser consideradas expressivas diante de concorrentes, principalmente da Alemanha e Estados Unidos, mas também de outros países europeus como França e Suíça.

3.5 OUTROS RESULTADOS DA POLÍTICA EXTERNA DESENVOLVIMENTISTA

Para além dos acordos apresentados no decorrer do capítulo, os quais visavam a colaboração italiana para com o projeto desenvolvimentista de JK, no ano final do governo foram celebrados outros. Os novos acordos abarcavam questões referentes a vistos em passaportes comuns, migração, aquisição de nova sede para a embaixada em Roma, transportes aéreos e um ajuste relativo ao acordo de cooperação econômica de 1956 (Brasil, 1960a). Esse último tendo como objetivo:

(...) a futura ampliação dos fornecimentos italianos, ao Brasil, de bens instrumentais, com pagamento a prazo, tendo em conta, de um lado, as possibilidades oferecidas pela economia e pela legislação italianas, e de outro lado, os planos técnico-financeiros de desenvolvimento econômico do Brasil (MRE, 1960b, p. 1).

Outro ponto a ser considerado é a capacidade de atração de recursos externos por parte do Estado. Para a realização das metas dispostas no Plano de Metas e devido à carência de poupança interna, fez-se necessário a associação aos capitais privados, principalmente estrangeiros. Nesse sentido, a atração de recursos era operacionalizada por meio da política externa no governo Kubitschek, influenciada pela ideologia nacional-desenvolvimentista (Cervo, 2003; Lacerda *et al*, 2018).

O projeto de consolidação da indústria encabeçado pelo governo JK e a dinamização da economia serviram como fatores de atração para o capital estrangeiro. Além disso, o período que corresponde à segunda metade dos anos 1950 acompanhou um momento de expansão das multinacionais, em especial as europeias, aproveitando-se do fortalecimento da Europa a partir da CEE (Caputo; Mello, 2009).

Quanto às origens dos investimentos, Campos (2009) listou a entrada de capital estrangeiro na forma de novos investimentos e reinvestimentos no último ano do governo Café Filho e durante o governo JK, de 1956 a 1960, em valores correntes (Tabela 2).

Tabela 2 - Origem do Investimento Estrangeiro Direto (IED) na forma de fluxos (US\$ milhões), de 1955 a 1960

Países	Anos	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Itália	Inv.	458	391	660	915	1087	2086
	Reinv.	0	102	0	0	157	30
	Total	458	493	660	915	1244	2116
EUA	Inv.	7.589	15.719	14.253	53.991	58.177	27.301
	Reinv.	6.307	35.233	12.466	12.373	11.348	24.798
	Total	13.896	50.952	26.719	66.364	69.525	52.099
Reino Unido	Inv.	3.691	2.320	5.022	1.439	1.589	6.243
	Reinv.	100	8.529	12	2.228	1.160	3.595
	Total	3.791	10.849	5.034	3.667	2.749	9.838
Japão	Inv.	2.435	832	1.931	5.796	5.069	16.897
	Reinv.	0	0	0	0	0	224
	Total	2.435	832	1.931	5.796	5.069	17.121
França	Inv.	2.497	2.276	2.730	3.321	2.673	1.918
	Reinv.	201	7.372	66	103	445	2.367
	Total	2.698	9.648	2.796	3.424	3.118	4.285
Alemanha	Inv.	6.252	13.788	9.194	39.934	21.375	52.492
	Reinv.	350	1.898	0	-39	8.896	584
	Total	6.602	15.686	9.194	39.895	30.271	53.076
Outros	Inv.	17.260	29.522	51.678	37.797	66.857	44.595
	Reinv.	6.311	26.954	2.643	13.630	15.588	14.944
	Total	23.571	56.476	54.321	51.427	82.445	59.539
Total	Inv.	40.182	64.848	85.468	143.193	156.827	151.532
	Reinv.	13.269	80.088	15.187	28.295	37.594	46.542
	Total	53.451	144.936	100.655	171.488	194.421	198.074

Fonte: Bacen/Firce. Adaptado de Campos, 2009, p. 218

Percebe-se que o comportamento identificado no setor da indústria automobilística, no qual a maior parte dos investimentos vinham de empresas dos Estados Unidos e da Alemanha, se reproduz também na entrada de IED de maneira geral. Diante disso, a participação da Itália no IED apresentou um incremento de US\$35 milhões em relação ao último ano do governo Café Filho. Já durante o governo JK variou entre 0,3% e 1% do total aplicado na economia. Enquanto a parcela dos EUA variou entre 26,3 % e 38,6% e a da Alemanha entre 9,13% e 26,7%.

Os dados da tabela indicam que as políticas de atração de recurso externo de JK como a Instrução 113 da Sumoc e o Decreto 42.820 contribuíram para o aumento da entrada de capital estrangeiro, saltando de US\$53.451 milhões em 1955 para US\$144.936 no primeiro ano de governo e chegando à US\$198.074 em 1960. Nesses valores e entre os países indicados, a contribuição da Itália no número total de investimentos foi a menos expressiva.

Além da captação de investimentos estrangeiros, a busca de créditos bancários com o Instituto Mobiliare Italiano (IMI), a favor do BNDE e do financiamento dos projetos do governo (Brasil, 1959b). A relação foi estabelecida em 1956 com o “Acordo de Cooperação Financeira” com o objetivo de aumentar a participação da economia italiana no processo de desenvolvimento do Brasil:

Convencionaram as duas entidades, no citado Acordo, estabelecer um mecanismo e um processo para a concessão, o refinanciamento e o reembolso dos créditos que venham a ser concedidos para facilitar a aquisição, na Itália, por empresas brasileiras, de bens de produtos (...) Em síntese, o IMI se comprometeu a refinar, total ou parcialmente, os créditos concedidos por exportadores italianos de bens de produção ou de serviços a importadores brasileiros (BNDE, 1956, p. 184).

A política externa desenvolvimentista também associava o crescimento econômico à ampliação dos mercados e ao fomento do comércio (Cervo, 2003). Durante os cinco anos do governo do presidente Juscelino Kubitschek foram assinados acordos em prol do fortalecimento das relações econômicas entre o Brasil e a Itália como os de 1956.

A partir de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a tabela abaixo (Tabela 3) permite identificar os principais parceiros do Brasil em termos de trocas comerciais, no final do governo Café Filho e durante o período JK (IBGE, 1990).

Tabela 3 - Intercâmbio comercial com os principais países (US\$ 1000), de 1955 a 1960

Países	Anos	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Itália	Export.	47 529	32 487	27 753	33 627	41 226	38 732
	Import.	48 718	29 279	37 937	29 291	29 789	38 375
EUA	Export.	601 526	734 312	659 141	534 402	592 141	563 659
	Import.	308 817	354 026	548 140	482 692	461 287	443 124
Reino Unido	Export.	60 277	53 438	66 135	53 554	72 528	64 574
	Import.	17 660	42 654	50 817	43 852	37 498	51 186
Japão	Export.	56 214	37 172	37 470	24 509	30 751	30 763
	Import.	45 080	49 967	23 245	33 274	26 801	37 930
França	Export.	406	576	762	2 135	42 371	43 130
	Import.	92 903	118 276	119 787	137 808	43 143	68 900
Alemanha	Export.	104 404	94 071	83 288	78 569	86 067	89 941
	Import.	88 035	79 602	127 214	141 275	140 595	135 859
Argentina	Export.	99 823	65 471	103 182	107 006	42 880	56 392
	Import.	151 859	76 755	89 868	88 089	104 537	94 868
Outros	Export.	448.821	465.473	414.269	410.198	374.036	382.809
	Import.	345.928	295.441	287.992	222.719	366.350	422.758
Total	Export.	1.419.000	1.483.000	1.392.000	1.244.000	1.282.000	1.270.000
	Import.	1.099.000	1.046.000	1.285.000	1.179.000	1.210.000	1.293.000

No campo das relações comerciais, assim como nos investimentos diretos, quando comparado ao total das exportações e importações, os maiores parceiros do Brasil foram os Estados Unidos e a Alemanha. Já em relação à França, outro país membro da CEE, de modo geral, embora o número de importações tenha sido maior, menos produtos brasileiros chegaram aos mercados franceses do que aos italianos.

Além disso, mesmo com o compromisso firmado por intermédio dos acordos e da garantia da Itália, diante das preocupações com a CEE e o mercado comum europeu, no fortalecimento das trocas, ainda assim não houve aumento expressivo no valor das exportações e importações. Em comparação à 1955, as exportações reduziram em 31,7% e as importações em 40%. Inclusive, ao final do governo o Ajuste de Pagamentos e Comércio, assinado em 1956 com o objetivo de fomentar o comércio bilateral, foi denunciado (Brasil, 1960a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta compreender a contribuição da Itália para o alcance dos objetivos da política externa desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek. Para tanto, analisou, inicialmente, o histórico das relações bilaterais entre Brasil e Itália. Identificou-se que essas, consolidadas em 1861 com o reconhecimento brasileiro do Estado italiano independente, foram majoritariamente marcadas por um teor de amizade, reciprocidade e trocas comerciais. Esse perfil é associado às afinidades culturais e linguísticas e à forte presença de italianos no Brasil, vindos durante as ondas migratórias iniciadas em 1870. A exceção da amizade foi o período durante a Segunda Guerra Mundial, quando os dois países estiveram em lados opostos do conflito. Com a retomada das relações na década de 1950, Brasil e Itália encontraram um cenário internacional diferente, dividido em dois pólos hegemônicos em disputa de interesse.

Em especial, durante a segunda metade dos anos 1950, tem-se a flexibilidade da divisão entre EUA e URSS e o apontar de novas forças internacionais. Como o caso da Europa, fortalecida após a destruição da guerra e a criação da Comunidade Econômica Européia, processo no qual a Itália fez parte junto à França, Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Além disso, é nesse momento que ocorrem mudanças na política dos Estados Unidos para a América Latina, com a atenuação dos programas de assistência técnica. E ao mesmo tempo, o engajamento da URSS no combate ao subdesenvolvimento.

Somado a isso, o estudo discorreu acerca da política interna do Brasil e ascensão de um novo presidente, Juscelino Kubitschek. Eleito em 1956, com ajuda da aliança PSD-PTB e mesmo diante de instabilidades, JK dotou sua trajetória política de grandes obras e de planejamento governamental. O que se refletiu na sua atuação frente à Presidência da República. Por meio da análise de documentos oficiais, complementados por livros e artigos científicos, foi possível traçar um perfil da política nacional, influenciada pela ideologia nacional-desenvolvimentista do ISEB, a qual previa a atuação do Estado na condução do desenvolvimento. O grande símbolo do projeto de JK de Brasil potência foi a elaboração do Plano de Metas, composto por 30 metas e a construção da nova capital, Brasília.

O projeto de desenvolvimento econômico proposto pelo presidente Kubitschek, articulou a política interna à política externa, na busca por captação de recursos estrangeiros como complemento ao setor público. Para melhor entendimento, foi apresentado o momento da PEB no qual o governo JK se insere, que Amado Cervo (2003) denominou de “paradigma do Estado desenvolvimentista”, quando a política exterior é orientada em prol do

desenvolvimento. Como reflexo, tem-se a formação da OPA, em 1958, para angariar apoio dos EUA ao projeto brasileiro, que teve como resultado principal a criação do BID. Outro objetivo era fortalecer a “causa ocidental”, com o combate ao subdesenvolvimento, entendido como fonte de vulnerabilidade frente à nova postura da URSS.

Tendo em vista as históricas relações e os laços de amizade entre Brasil e Itália, o foco da análise foi direcionado para a participação italiana no projeto de desenvolvimento, incorporado pela política externa de JK. O governo do italiano Giovanni Gronchi tinha como objetivo a redução da pobreza na Itália e a transformação do país em potência, mediante a integração à CEE e maior atuação no fomento ao desenvolvimento de Estados alinhados ao Ocidente. O acesso às bases de atos internacionais permitiu identificar uma série de acordos bilaterais firmados no período que compreende os governos de Kubitschek e Gronchi. O teor dos textos refletiam o engajamento dos dois países na causa do Ocidente e envolviam principalmente questões de comércio e cooperação econômica.

Também, no campo dos discursos, o comprometimento italiano com o desenvolvimento brasileiro deu-se notadamente pela aliança em prol do Ocidente e a defesa da paz e da democracia. Tal conduta refletiu-se no apoio oferecido pela Itália ao Brasil frente às questões da CEE e do sistema de comércio e na cooperação para o uso de energia nuclear. Além disso, as relações foram utilizadas a favor dos projetos nacionais de cada um dos países, uma vez que compartilhavam o desejo de se transformarem em potências mundiais. Os discursos e as visitas presidenciais demonstram o interesse em fortalecer os laços construídos ao longo de quase um século e de utilizar isso para o atendimento de seus objetivos individuais e comuns.

Quando analisados os resultados concretos, sejam eles referentes à indústria automobilística, investimentos diretos ou trocas comerciais, foi constatada uma participação italiana mais tímida quando comparada a outros parceiros do Brasil. As relações com Estados Unidos e Alemanha, por exemplo, se sobressaíram, seguindo uma tendência que se estendia desde os primeiros acordos comerciais firmados com a Itália. Contudo, a contribuição italiana ao projeto de desenvolvimento brasileiro não pode ser desconsiderada e não é possível afirmar se os baixos resultados são frutos de uma má vontade, já que os discursos e os acordos mostram o contrário. Uma possível razão se encontra no momento social e político que o país estava passando no período, de combate a pobreza e ainda de recuperação pós-Segunda Guerra Mundial.

Destaca-se que além do uso de livros e artigos científicos, a pesquisa foi desenvolvida com base em documentação primária disponível *online*. Portanto, os resultados apresentados

são um recorte das relações bilaterais entre o Brasil de Juscelino Kubitschek e a Itália de Giovanni Gronchi. Além disso, a coleta de dados mais ampla sobre investimentos e comércio foi inviabilizada uma vez que muitos deles ainda não estão registrados nas bases oficiais. À vista disso, o acesso a outros dados e a documentação ainda não digitalizada e disponibilizada virtualmente abre espaço para o desenvolvimento de novas pesquisas. Dessa forma, essas seriam fundamentais para aprofundar ainda mais os resultados da política externa desenvolvimentista de JK frente ao relacionamento com a Itália.

Por fim, mesmo diante dessas questões, foi possível identificar o reforço da Itália para os planos de desenvolvimento econômico brasileiro, propostos por JK. Seja pelo compromisso com a causa ocidental ou pela participação direta com investimentos e trocas comerciais, ainda que dentro das capacidades italianas. Assim, acredita-se que esse trabalho contribui para a ampliação dos estudos da PEB, sobretudo pelo viés do desenvolvimentismo, bem como o entendimento das históricas relações ítalo-brasileiras.

REFERÊNCIAS

- A ITÁLIA Visita o Brasil. **Vida Doméstica**. Out. 1958. p. 42-58. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/830305/per830305_1958_00487.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023
- ABREU, Marcelo de Paiva. Comércio de Compensação. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: ><https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comercio-de-compensacao><. Acesso em: 01 out. 2023.
- _____. O Processo Econômico. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.); SCHWARCZ, Lília Moritz (Dir.). **Olhando para dentro: 1930-1964**. Coleção História do Brasil Nação. Vol. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013. p. 179-227
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 50, n. 2, p. 60–79, jul. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/sjW5MwpYwpYQRCR4vdkcbwy/#>>. Acesso em: 5 set. 2023
- ARTUSO, Filippo. **Il petrolio dell'ENI: la politica di Enrico Mattei nello scenario mediorientale (1955-1962)**. 2016. 137 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Università Ca' Foscari Venezia, Veneza. Disponível em: <<http://dspace.unive.it/handle/10579/7793>>. Acesso em: 11 set. 2023
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Departamento Econômico. **Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico**. 1956. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2465?&locale=pt_BR>. Acesso em: 03 out. 2023
- BEDESCHI, Anna. Il Viaggio Di Giovanni Gronchi Presidente Della Repubblica Italiana A Parigi (25-27 Aprile 1956). **Recherches régionales Côte d’Azur et contrées limitrophes**, n. 48, 2007. p.114-118. Disponível em: <<https://www.departement06.fr/documents/Import/decouvrir-les-am/tr187-giovannigrnchi.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2023.
- BELLI, Hygino Canhadas. **Setor automotivo brasileiro: um estudo sobre a oferta e demanda no segmento das picapes médias**. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/1280>>. Acesso em: 14 set. 2023
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979. 302 p.
- BERTONHA, João Fábio. Emigrazione e politica estera: la «diplomazia sovversiva» di Mussolini e la questione degli italiani all’estero, 1922-1945. **Altretalie**, v. 23, n. 2, p. 39-61, 2001.
- _____. La “diplomacia paralela” de Mussolini en Brasil: vínculos culturales, emigratorios y políticos en un proyecto de poder (1922-1943). **Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea**, n. 11, p. 71-92, 2012.

BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

BOGOLIUBOVA, N. M.; NIKOLAEVA, J. V. Política culturale estera Italia: caratteristiche del XXI secolo. **Italian Science Review**, n. 4, p. 543-546, 2014.

BONAFÉ, Luigi. Reconhecimento do Regime Republicano. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RECONHECIMENTO%20DO%20REGIME%20REPUBLICANO.pdf>. Acesso em: 01 out. 2023

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros**. 1862. Disponível em: https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1862.PDF. Acesso em: 03 out. 2023.

_____. Câmara dos Deputados. Decreto Nº 58-A, de 14 de dezembro de 1889. In: _____. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Vol. 1. 1889.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo Comercial Provisório entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Itália**. 1900. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/237?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=16&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 03 out. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. 1913. Disponível em: https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1912-1913.pdf. Acesso em: 03 out. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Vol. 1. 1918. Disponível em: https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1917-1918.pdf. Acesso em: 03 out. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e o Reino da Itália**. 1931. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/413?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=15&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 03 out. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. 1942. Disponível em: https://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1942.pdf. Acesso em: 02 out. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Protocolo de Declaração de Amizade e Cooperação entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana**. 1949. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/811?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=14&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 03 out. 2023

BRASIL. Presidência da República. **Discurso de posse do presidente Juscelino Kubitschek**. Rio de Janeiro, 1956a. Disponível em:
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/discurso-de-posse/discurso-de-posse/view>>. Acesso em: 3 set. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Ajuste de Pagamentos e Comércio e Documentos Anexos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana**. Rio de Janeiro, 1956b. Disponível em:
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1097?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=12&tipoPesquisa=2>>. Acesso em: 9 set. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Ajuste sobre Cooperação Econômica entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a República Italiana**. Rio de Janeiro, 1956c. Disponível em:
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1102?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=11&tipoPesquisa=2>>. Acesso em: 9 set. 2023.

_____. Presidência da República. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 1957a. Disponível em:
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-jk-1957/view>>. Acesso em: 9 set. 2023.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. 1957b. Disponível em:
<https://antigo.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1957.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023

_____. Presidência da República. **Discurso à nação e aos representantes diplomáticos dos estados americanos acreditados junto ao governo brasileiro**. Rio de Janeiro, 1958a. Disponível em:
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1958/41.pdf/view>> Acesso em: 3 set. 2023

_____. Presidência da República. **Discurso no banquete oferecido no Palácio do Itamaraty ao senhor Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana**. Rio de Janeiro, 1958b. Disponível em:
<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1958/56.pdf/view>>. Acesso em 12 set. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo Cultural entre República dos Estados Unidos do Brasil e República da Itália**. Rio de Janeiro, 1958c. Disponível em:
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1228?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=11&tipoPesquisa=2>>. Acesso em: 12 set. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Convênio para a Constituição de um Centro de Estudos sobre a Agricultura Brasileira entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Italiana**. Rio de Janeiro, 1958d. Disponível em:
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1229?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=11&tipoPesquisa=2>>. Acesso em: 12 set. 2023

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo sobre Serviço Militar entre República dos Estados Unidos do Brasil e República Italiana**. Rio de Janeiro, 1958e.

Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1230?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=11&tipoPesquisa=2>>. Acesso em: 12 set. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Especiais entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Italiana**. Rio de Janeiro, 1958f. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1231?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=11&tipoPesquisa=2>>. Acesso em: 12 set. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo de Cooperação entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana para o Uso Pacífico da Energia Nuclear**. Rio de Janeiro, 1958g. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1244?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=10&tipoPesquisa=2>>. Acesso em: 12 set. 2023

_____. Presidência da República. **Discurso no Banquete Oferecido no Palácio das Laranjeiras, pelo Sr. Giovanni Gronchi, Presidente da República Italiana**. Rio de Janeiro, 1958h. Disponível em:

<<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca-da-pr/galeria-dos-ex-presidentes/jk/pronunciamentos-oficiais/1958/07-09-2013-no-banquete-oferecido-no-palacio-das-laranjeiras-pelo-sr-giovanni-gronchi-presidente-da-republica-italiana.pdf/view>>. Acesso em: 15 set. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração de São Paulo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana**. São Paulo, 1958i.

Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1232?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=11&tipoPesquisa=2>>. Acesso em: 12 set. 2023

_____. Presidência da República. Serviço de Documentação. Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek. **Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico**. vol. 3. Rio de Janeiro, 1959a. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/33/7/Programa%20de%20Metas%20do%20Presidente%20Juscelino%20Kubitschek%20V2%201958_PDF_OCR.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023

_____. Presidência da República. **Mensagem ao Congresso Nacional**. 1959b. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-jk-1959/view>>. Acesso em: 03 out. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. 1960a. Disponível em:

<https://antigo.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1960.pdf>. Acesso em: 20 set. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Ajuste Relativo ao Acordo de Colaboração**

Econômica de 30 de abril de 1956 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Italiana. 1960b. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1319?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=10&tipoPesquisa=2>>. Acesso em: 20 set. 2023

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Decreto 52.021.** Brasília, 1963. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/1244?IdEnvolvido=156&TipoAcordo=BL&page=10&tipoPesquisa=2>>. Acesso em: 15 set. 2023

_____. Ministério das Relações Exteriores. **República Italiana.** 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-italiana>>. Acesso em: 04 out. 2023

BUENO, Clodoaldo. Alinhamento e desenvolvimento associado (1946-1961). In: CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** 4. ed. Brasília: EdUnb, 2011. p. 308-329

CACACE, Paolo; MAMMARELLA, Giuseppe. **La politica estera italiana.** Roma-Bari: Laterza, 2006.

CALOROSA Recepção Teve no Rio o Presidente Giovanni Gronchi. **Diário do Paraná,** Curitiba. 5 set. 1958. p.2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672_1958_01039.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023

CAMPOS, Fábio Antonio de. **A arte da conquista:** o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). 2009. 227 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, São Paulo. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/20.500.12733/1610883>>. Acesso em: 15 set. 2023.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ee/a/ZpgwjzqDRC9bT4YrFhfxcvC/#>>. Acesso em: 4 set. 2023

CARAVOCCHI, F. Il fascismo italiano e la propaganda culturale all' estero: la "Dante Alighieri" e gli istituti di cultura. In: PENA-RODRIGUEZ, A.; PAULO, H. (Org). **A Cultura do poder:** A propaganda nos Estados Autoritários. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2016, p.239-260.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 45, p. 5-35, jan. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/DmJzPS7FgBY9YvsCj5bKNZz/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 4 set. 2023.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília**, v. 46, n. 2, p. 5-25, dez. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a01.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2023

_____. **As relações entre o Brasil e a Itália:** formação da italianidade brasileira. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. 435 p.

COUTO, Ronaldo Costa. **Juscelino Kubitschek**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. 523 p.

DALCIN, Bruna Hayashi; CHIELE, Laura Schaan. A Política Soviética para o Egito e seus Desdobramentos Sobre a Primeira Crise do Suez. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, v. 10, n. 19, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/download/82830/49844>>. Acesso em: 11 out. 2023

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-222-diplomacia_presidencial_historia_e_critica>. Acesso em: 11 set. 2023

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia**. Editora Contexto, 2016.

GIACONE, Alessandro. Giovanni Gronchi. In: GIACONE, Alessandro et al. **I Presidenti della Repubblica: Il Capo dello Stato e il Quirinale nella storia della democrazia italiana**, 2018. p. 159-193. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/57798719/28_Giovanni_Gronchi.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023

GIORDANI, Luiza; MACIEL, Maria Eunice. A Itália Pela Colônia: Uma Etnografia da Colonização com Imigrantes e Descendentes de Italianos. **Revista Eletrônica Humana Res**, v. 5, n. 7, p. 248-269, 2023. <https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/140>. Acesso em: 02 out. 2023.

HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. In: _____. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 223-253

HUTTER, L. M. Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 27, p. 59-73, 1987. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i27p59-73. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69906>>. Acesso em: 1 out. 2023.

IANNI, Octavio. Neobismarckismo (ISEB). In: _____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004. p. 252-260

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. rev. e atual. do v. 3 de **Séries estatísticas retrospectivas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/setor-externo/tabelas>>. Acesso em: 15 set. 2023

ISTITUTO LUCE. Visita di Juscelino Kubitschek in Italia. **Archivio Luce Cinecittà**. 2012a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KTUk5eGFmJI>>. Acesso em: 9 set. 2023

_____. La visita di Kubitschek in Italia. **Archivio Luce Cinecittà**. 2012b. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=-JBI0Lik6GA&t=111s>>. Acesso em: 9 set. 2023.

ITALIA. Governo Italiano. Presidenza del Consiglio dei Ministri. Titolo II - Il Presidente della Repubblica. (s.d.). Disponível em:

<<https://www.governo.it/it/costituzione-italiana/parte-seconda-ordinamento-della-repubblica/titolo-ii-il-presidente-della>>. Acesso em: 13 out. 2023.

_____. Presidenza Della Repubblica. Archivio Quirinale. **Discorso al Congresso D'Europa**. 1957. Disponível em:

<<https://archivio.quirinale.it/discorsi-bookreader/discorsi/Gronchi.html#page/358/mode/2up>>. Acesso em: 10 set. 2023

_____. Senato della Repubblica. **20ª Seduta**. 17 set. 1958. Disponível em:

<<https://www.senato.it/service/PDF/PDFServer/BGT/433818.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2023

_____. Ministero Degli Affari Esteri. **I Documenti Diplomatici Italiani**. Seconda Serie: 1870-1896. 1995. Disponível em:

<<https://www.farnesina.ipzs.it/series/SECONDA%20SERIE/volumi/VOLUME%20%20XXII>>. Acesso em: 03 out. 2023

_____. Embaixada da Itália em Brasília. **L'ambasciata d'Italia a Brasilia: un percorso fotografico da Rio de Janeiro al Planalto Central**. Brasília: Editora Brasileira, 2022.

Disponível em: <<https://ambbrasilia.esteri.it/it/chi-siamo/la-sede/ebook/>>. Acesso em: 15 set. 2023

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Meu caminho para Brasília**: 50 anos em 5. Brasília: Senado Federal, 2020. v. 3, 516 p.

LACERDA, Antônio Corrêa de *et al.* Plano de Metas de Juscelino Kubitschek: planejamento estatal e consolidação do processo de substituição de importações. In: _____. **Economia Brasileira**. 6 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 81-101

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). **Planejamento no Brasil**, v. 3, p. 29-50, 1975.

_____. **A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2014. 152 p.

LESSA, Antônio Carlos. **A diplomacia universalista do Brasil**: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. Revista brasileira de política internacional, v. 41, p. 29-41, 1998. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/vqhdRGf8hcHmcQHNyRDXRJH/>>. Acesso em: 10 set. 2023

_____. Helio Jaguaribe: a geração do nacional-desenvolvimentismo. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **Pensamento Diplomático Brasileiro**: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. v. 3, p. 877-905

LUPIA, M. de O. Mooca: Memória e Identidade. **Revista Morpheus** - Estudos Interdisciplinares em Memória Social, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 108-122, 2017. Disponível em:

<https://seer.unirio.br/morpheus/article/view/6072>. Acesso em: 2 out. 2023.

MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 107 p.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Editora Nova Fronteira, 1980.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012

PECEQUILO, Cristina. A Trajetória Histórica (1945/1986). In: _____. **A União Europeia: os desafios, a crise e o futuro da integração**. Elsevier Brasil, 2014. p. 1- 28

PEDRONI, Marcos Olmos. **A chegada da Fiat no Brasil: uma nova entrante no oligopolizado mercado automobilístico brasileiro (1970 a 1973)**. 2019. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/22874>>. Acesso em: 14 set. 2023

PETROCCHI, Renato. A Coexistência Pacífica: Estudos para a história de um conceito internacionalista. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 24, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/275f/5172072e029e1d655303e526a7b591d8e65b.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2023

PIASSINI, C. E. Atuação de Italianos na Revolução Farroupilha (1835-1845) E Seus Ideais Políticos: Uma Revisão Bibliográfica. **Oficina do Historiador**, [S. l.], p. 1851–1869, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/oficinadohistoriador/article/view/19045>. Acesso em: 29 set. 2023.

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. 1. ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

SALACONE, Alessandro. **L'Unione Sovietica e l'Italia del centro-sinistra (1958-1968)**. 2009. 426 p. Tese (Doutorado) - Università degli studi Roma Tre, Ricerca in Storia dell'Italia contemporanea: politica, territorio e società, Roma. Disponível em: <<https://arcadia.sba.uniroma3.it/handle/2307/458>>. Acesso em: 11 set. 2023

SANTORO, E. L'insegnamento dell'italiano a San Paolo: lingua straniera o seconda lingua?. **Revista De Italianística**, 2004, n.9, p.129-137.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968). In: _____. (Org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. p. 197-230

SCARZANELLA, Eugenia. **La FIAT in America Latina (1946-2014)**. Florença: goWare, 2020.

SCHWARCZ, Lilia. M.; STARLING, Heloisa. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SERRI, Saverio. **Fanfani e il 1958: una nuova politica estera per l'Italia**. 2009. 133 p. Tese (Doutorado) - IMT Institute for Advanced Studies, PhD Program in Political Systems and Institutional Change, Lucca. Disponível em: <<https://e-theses.imtlucca.it/66/>>. Acesso em: 11 set. 2023

SILVA, Alexandra de Mello. **A Política Externa de JK: a Operação Pan-Americana**. Rio de Janeiro: FGV/ CPDOC, 1992. 60 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976. p. 19-163.

_____. Tempo de confiança: a era Juscelino (1956-61). In: _____. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 201-225

TRENTO, Angelo. **Imprensa italiana no Brasil: séculos XIX e XX**. Tradução: Roberto Zaidan. São Carlos: EdUFSCar, 2013

_____. **Do Outro Lado do Atlântico: Um Século de Imigração Italiana no Brasil**. Tradução: Mariarosaria Fabris, Luiz Eduardo de Lima Brandão e Juliana Haas. São Paulo: Editora Unesp, 2022

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Governo JK (1956-61). In: ALBUQUERQUE, José A. G.; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio H. N. de (coord.). **Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Crescimento, Modernização e Política Externa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006. v. 2. p. 324-354

WILSON, David. **The Eisenhower Doctrine and its Implementation in Lebanon – 1958**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Texas, Austin, 2002. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA408984.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2023